

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO SOCIAL DO TURISMO: PREVENÇÃO E
ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NO TURISMO

Dissertação apresentada à Escola
Brasileira de Administração Pública e de
Empresas para a obtenção do título de
Mestre em Administração Pública.

Cristiane Rezende

Orientador: Prof. Dr. Fernando
Guilherme Tenório

RIO DE JANEIRO

2008

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO SOCIAL DO TURISMO: PREVENÇÃO E
ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NO TURISMO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR

CRISTIANE REZENDE

E

APROVADA EM: ___ / ___ / ___

PELA COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Guilherme Tenório
(orientador) – FGV / EBAPE

Prof. Dr. Paulo Emílio Matos Martins
FGV / EBAPE

Prof. Dr. Paulo Cesar Stilpen
COPPE / UFRJ

RIO DE JANEIRO

2008

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço ao meu orientador, Fernando Guilherme Tenório, com quem muito aprendi durante disciplinas ministradas no mestrado, pela orientação desta dissertação, pela oportunidade de participação no projeto de Gestão Social e na elaboração de artigos.

Agradeço aos professores Paulo Emílio Matos Martins e Paulo Cesar Stilpen, por terem aceitado o convite para compor a banca examinadora de minha dissertação e pelas observações pertinentes que certamente contribuíram para enriquecer o meu trabalho. Ao Paulo Emílio, meu professor, por seus ensinamentos e pela gentileza de sempre. Ao professor e amigo Paulo Stilpen, fonte de conhecimento para todos os assuntos possíveis, pela sua atenção e ajuda sempre que preciso.

Agradeço aos colegas do Observatório de Inovação Social em Turismo, pelo excelente trabalho realizado, que serviram de fonte de consulta indispensável para esta dissertação.

Agradeço a Carmem Inês, Nely Wise e Victor Lamas, que me auxiliaram durante a organização dos Seminários Turismo Sustentável & Infância. A Cristina Fernandes e Lúcio Taveira, que me receberam e também me apoiaram neste processo.

Agradeço a Beth Bahia e Itamar Gonçalves, pela confiança durante o período em que trabalhamos juntos.

Agradeço aos colegas do Observatório de Inovação do Turismo e do Núcleo de Turismo, pelo apoio e pelo interesse em contribuir com informações sobre o tema da

exploração sexual de crianças e adolescentes. Ao Saulo e André, agradeço pela atenção e pelas conversas durante este período, que me ajudaram a trilhar este caminho.

Aos amigos do mestrado, com quem aprendi e passei ótimos momentos, agradeço a ajuda durante as aulas, nas reuniões fora da FGV, nas madrugadas no MSN e até mesmo durante as conversas nos churrascos. Especial agradecimento a Thaísa e Glauco, que trabalharam juntos comigo no Observatório Social e me ajudaram na dissertação, seja com troca de informações, seja na atenção e crítica do texto. Glauco, você foi 10 !

Agradeço a Fabiana Gorenstein, que muito me inspirou. Seu trabalho me despertou o desejo de estudar o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes. E a admiração profissional se tornou amizade.

Agradeço especialmente ao Luiz Gustavo, amigo, professor e “chefe”, que sempre acreditou em mim e incentivou minha formação e qualificação profissional. Seu apoio, inestimável, vai desde os pequenos gestos de preocupação até os grandes conselhos. Seu grande coração e brilhantismo intelectual são exemplos para o que eu quero ser “quando crescer”.

Aos meus sogros, meus pais no Rio, pelo interesse com o andamento da minha dissertação, pela indicação de fontes de informações, reportagens recortadas e pela presença na defesa.

À minha família, pelo amor, carinho e apoio. Às minhas irmãs, que sempre acreditaram no meu sucesso. Ao meu amado sobrinho, que traz tantas alegrias a todos nós. Ao meu pai, pelo exemplo de generosidade. À minha mãe, pelo seu grande coração.

Ao Rô, amor da minha vida, agradeço por me proporcionar as melhores risadas, por me entender como ninguém, por me confortar com o melhor carinho deste mundo e com as

palavras que sempre me acalmam (mesmo depois das 2 da manhã, quando eu tenho as idéias mais loucas e peço sua atenção). Agradeço a paciência de ouvir mil vezes “se o objetivo da minha dissertação é...”. Só você me dá a força que eu preciso e me ajuda a me tornar uma pessoa melhor. Com você eu sou mais feliz !!!

RESUMO

O Observatório de Inovação Social do Turismo foi criado em razão da necessidade de realizarem-se estudos e pesquisas relacionados com o turismo e seu impacto social. A Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas, em parceria com o Ministério do Turismo e com a *Childhood* Brasil, iniciou, em 2007, estudos sobre o tema — exploração sexual de crianças e adolescentes. O presente trabalho tem o objetivo de analisar, por meio dos resultados do Observatório, de que maneira o Observatório de Inovação Social do Turismo contribuiu para a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes associada ao turismo.

Palavras-chave: exploração sexual infanto-juvenil, turismo, observatório, políticas públicas

ABSTRACT

The “Observatório de Inovação Social do Turismo” was created due to the need of studies and researches related to tourism and its social impacts. The Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, of Fundação Getulio Vargas, in partnership with the Ministry of Tourism and the Childhood Brazil, started in 2007, studies about the sexual exploration of children and adolescents. The present work has the objective to analyze, based on the results of the “Observatório de Inovação Social do Turismo”, its contributions to the prevention and repression of sexual exploration of children and adolescents associated to the tourism.

Key words: sexual exploration of children and adolescents, tourism, observatory, public policy.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	1
2.	A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E OS OBSERVATÓRIOS.....	5
2.1	Exploração sexual de crianças e adolescentes	5
2.2	Exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo	15
2.3	Marco legal, políticas públicas e ações de prevenção e enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes	23
2.4	Observatórios	34
2.4.1	<i>Revisando conceitos de observatório</i>	34
2.4.2	<i>Evidências empíricas</i>	38
2.4.3	<i>Funções de um observatório</i>	46
3.	METODOLOGIA.....	49
3.1	Objetivos da pesquisa	49
3.2	Tipo de pesquisa	50
3.3	Coleta e análise de dados	51
3.4	Limitações do estudo	53
4.	ESTUDO DE CASO: O OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO SOCIAL DO TURISMO	54
4.1	Antecedentes.....	54
4.2	Descrição do caso	60
4.3	Resultados alcançados	66
4.3.1	<i>Apresentação de artigos em congresso</i>	66
4.3.2	<i>Livro “Prêmio Responsabilidade Social em Turismo: experiências premiadas”</i> 67	
4.3.3	<i>Monografias e dissertações</i>	69
4.3.4	<i>Matriz de metadados</i>	70
4.3.5	<i>Livro “Observatório de Inovação Social do Turismo: reflexões e práticas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes”</i>	70
4.4	Análise das contribuições do Observatório de Inovação Social do Turismo à prevenção e ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes	89
5.	CONCLUSÕES.....	99
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Legislação pertinente à exploração, abuso sexual e maus-tratos.....	25
Quadro 2. Ações propostas pelo Programa Turismo Sustentável & Infância	56
Quadro 3. Constituição dos grupos de trabalho do Observatório.....	63
Quadro 4. Monografias e dissertações	69
Quadro 5. Trabalhos das equipes do Observatório.....	70
Quadro 6. Contribuições dos estudos de caso do Observatório	92
Quadro 7. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil	110
Quadro 8. Referências de observatórios.....	113
Quadro 9. Matriz de Metadados	115

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Categorias de violência.....	5
Figura 2. Mapa da exploração sexual no Brasil	9
Figura 4. Funções de um observatório ideal.....	37
Figura 5. Coordenação das ações do TSI	58
Figura 6. <i>World Childhood Foundation</i>	59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Registros de violência, por categoria	11
Gráfico 2. Total de atendimentos em 2006	13
Gráfico 3. Percentual de atendimentos a crianças e adolescentes em 2006, por sexo.....	13
Gráfico 4. Percentual de atendimentos a crianças e adolescentes em 2006, por categoria	14

1. INTRODUÇÃO

O papel das crianças e dos adolescentes na sociedade modificou-se muito ao longo dos séculos, principalmente após a Idade Média, já que, até aquele momento, a infância não era sequer considerada como um estágio distinto da vida adulta.

No Brasil, os Códigos de Menores de 1927 e 1979 classificavam a população infanto-juvenil como grupos de abandonados, vadios, mendigos ou libertinos. A repressão tinha um enfoque higienista, e as crianças e os adolescentes eram responsabilizados pela situação de abandono ou delinqüência.

A luta dos movimentos sociais na década de 1980, principalmente pelos direitos das mulheres, levou a reboque a discussão sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, em um momento social e politicamente favorável ao debate sobre as questões dos direitos das minorias. A Constituição Federal de 1988 instituiu, como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente os seus direitos, o que representou um avanço na legislação da infância e da adolescência.

A Convenção Internacional dos Direitos da Criança, de 1990, estabeleceu para os Estados Partes que aderiram a este documento que deviam comprometer-se em tomar todas as medidas apropriadas para assegurar a proteção da criança contra quaisquer formas de violência física ou mental — abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual. Naquele mesmo ano, no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) consolidou a conquista pelos direitos das crianças e dos adolescentes.

Nesse contexto, o debate sobre a exploração sexual infanto-juvenil ganhou corpo com a realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, em 1993, e com a realização do I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, em 1996.

Dez anos depois, o presidente da república, em seu primeiro mês de mandato, confiou ao Ministério da Justiça a coordenação de uma equipe de ministérios com o objetivo de implementar ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Posteriormente, foi criada a Comissão Intersetorial para Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente, com a missão de propor a formulação de políticas públicas integradas para a erradicação do abuso e do comércio de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Foi então que, durante esse processo, o Ministério do Turismo (MTur) engajou-se na luta para a erradicação da exploração sexual infanto-juvenil, ao pensar, com representantes de organizações do setor, organizações não-governamentais nacionais e internacionais e representantes do governo, suas responsabilidades e possibilidades de atuação. Assim, criou-se o Programa Turismo Sustentável & Infância (TSI) para materializar o conjunto de ações, com enfoque no desenvolvimento sustentável do turismo, que seriam realizadas pelo Ministério do Turismo e seus parceiros.

Dessa forma, o MTur, por meio do TSI, estabeleceu inicialmente cinco objetivos que se desdobravam em dez ações e vinte metas: o primeiro deles foi o de identificar causas e fatores de vulnerabilidade e modalidades de violência sexual contra crianças e adolescentes, por meio de pesquisas quantitativas e qualitativas sobre a exploração sexual comercial.

Com base na necessidade de realização de pesquisas sobre o tema, o MTur convidou o Núcleo de Turismo, da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV), e a *Childhood* Brasil, para elaborarem um projeto que contemplasse o desenvolvimento e a implementação de um observatório, responsável pela produção de conhecimentos relevantes quanto às questões relacionadas com o turismo e seu impacto social. Por tratar-se de estudos que demandariam uma visão com enfoque social, o Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS), da EBAPE/FGV, integrou-se ao projeto.

Denominado Observatório de Inovação Social do Turismo, estudo de caso deste trabalho, o projeto concebido pela EBAPE/FGV, em conjunto com o Ministério do Turismo e a *Childhood* Brasil, desenvolveu, no período de abril de 2007 a abril de 2008, pesquisas sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes associada ao turismo.

Assim, diante do exposto, o presente trabalho teve como objetivo responder à seguinte pergunta: **de que maneira o Observatório de Inovação Social do Turismo vem contribuindo para a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes associada ao turismo?**

A fim de responder a essa pergunta, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca dos temas da exploração sexual de crianças e adolescentes e de observatórios. Convém ressaltar, que, nesse momento, a pesquisadora esbarrou com a escassez de literatura sobre os temas que podem ser considerados ainda bastante recentes no meio acadêmico.

No entanto, com relação à questão da exploração sexual de crianças e adolescentes, há dificuldade de entendimento de determinados conceitos, que gera confusões em função dos estigmas que cercam a questão, e também de juízos estabelecidos erroneamente

pelo senso comum; assim, a consulta à literatura foi determinante para construir a base conceitual deste trabalho.

Com relação aos conceitos de observatórios, além dos textos acadêmicos, o estudo dos observatórios existentes no Brasil e no exterior ajudou na definição das estruturas e funções de um observatório.

Com isso, talvez seja possível observar que uma das relevâncias deste trabalho reside, justamente, em falar de dois assuntos com pouco referencial teórico. O conceito de observatório foi, durante as análises, comparado ao que foi desenvolvido na prática pelo Observatório de Inovação Social do Turismo. A contribuição do Observatório para a erradicação da exploração sexual infanto-juvenil no turismo, por sua vez, foi pensada com base no referencial teórico e à luz das diretrizes políticas e das ações de prevenção e enfrentamento descritas em uma das seções deste estudo.

Outro aspecto ligado à relevância deste trabalho é estudar a exploração sexual de crianças e adolescentes com foco no setor de turismo. Por isso, a exploração sexual aqui não é examinada por um olhar ingênuo que considera a sua existência tão-somente em função da pobreza que atinge crianças e adolescentes, assim como o turismo não é visto simplesmente como uma atividade que impulsiona a exploração sexual. A visão precisa, pois, ser ampliada e deve ser entendido que existem interesses mercadológicos que se aproveitam da vulnerabilidade de crianças e adolescentes e que a inserção do turismo na exploração sexual ocorre porque há uma rede de exploração que envolve também outros segmentos econômicos. Dessa forma, procurou-se realizar uma abordagem que ainda é pouco encontrada na literatura específica sobre este tema.

2. A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E OS OBSERVATÓRIOS

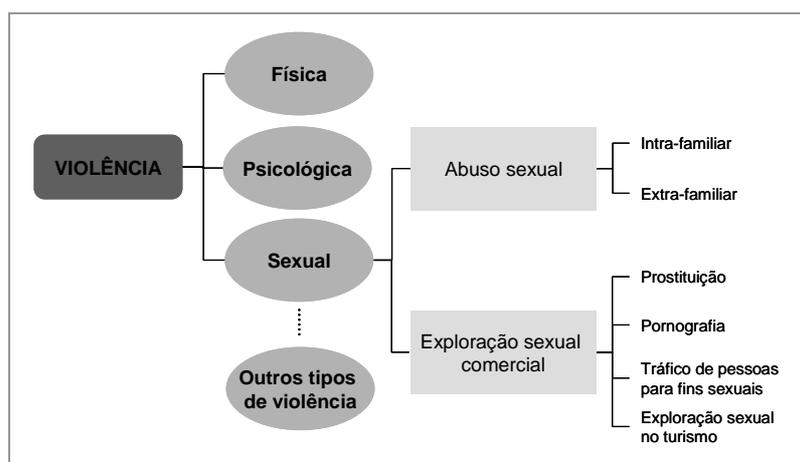
2.1 Exploração sexual de crianças e adolescentes

A exploração sexual de crianças e adolescentes¹ é uma das formas de violência que fere os direitos à integridade física e psicológica, ao respeito, à dignidade, ao processo de desenvolvimento físico, psicológico, moral e sexual da pessoa (FALEIROS e FALEIROS, 2007).

Por violência deve entender-se qualquer tipo e grau de dano à integridade do outro. São violentas todas as situações, ações, condutas e atitudes em que predominam as relações dos mais fortes sobre os mais fracos, dos mais poderosos sobre os mais desprotegidos, de adultos sobre crianças (MEC, 2007, p. 152).

É importante compreender que a violência sexual também é física e psicológica, pois esses conceitos estão totalmente interligados e não são excludentes. A figura a seguir mostra as categorias de violência e seus desdobramentos.

Figura 1. Categorias de violência



Fonte: elaborada pela autora.²

¹ O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu segundo artigo, considera criança a pessoa de até 12 anos de idade incompletos e, adolescente, aquela entre 12 e 18 anos de idade incompletos.

² Figura elaborada pela autora com base nos conceitos definidos em Faleiros e Campos (2000) e Faleiros e Faleiros (2007).

O conceito de exploração sexual³ ainda não está claro, de maneira geral, para a sociedade. Por isso está presente, equivocadamente, em pesquisas, estudos e outros textos sobre o assunto. Pedofilia, abuso e exploração sexual, apesar de suas diferenças, são categorias entendidas, algumas vezes, como análogas. Desse modo, faz-se necessária a distinção entre estes termos.

Pedofilia, segundo Silva, *et al.* (2005), é a preferência por práticas sexuais com crianças. De acordo com Faleiros e Campos (2000), “a pedofilia, embora alimentada muitas vezes por material pornográfico, não se constitui em exploração sexual comercial, mas em relacionamento interpessoal sexual, não submetido a contrato sexual e/ou de trabalho” (FALEIROS e CAMPOS, 2000, p. 64).

Conforme o *Glossário de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes*, pedofilia,

[...] significa gostar de crianças, ter atração por crianças. A utilização popular do termo “pedofilia” classifica todas as pessoas que se envolvem em atividades sexuais com meninas e meninos como pedófilos. A pedofilia, preferência sexual por pré-púberes, não é um delito em si mesma. É o ato de manter atividades sexuais com menina ou menino que constitui crime. Posto de maneira simples, pedófilo é uma pessoa com amor sexual por meninas e meninos. Mas a pessoa que abusa sexualmente de um menino ou menina não é necessariamente pedófilo. Um pedófilo pode, não necessariamente, realizar suas fantasias, envolvendo-se em atividades sexuais com menino ou menina (MEC, 2007, p. 147).

Abuso sexual, por sua vez, é conceituado como “o envolvimento de crianças e adolescentes — logo, em processo de desenvolvimento — em atividades sexuais que não compreendem em sua totalidade, para as quais não estão aptos a concordarem e que

³ O termo prostituição infanto-juvenil não será usado neste trabalho, por entender-se que a criança ou o adolescente, ainda em processo de formação, não faz uma escolha consciente da prostituição como uma forma de “ganhar a vida”. Como são vítimas de exploração, em vez de “prostituição infanto-juvenil”, será usado o termo “exploração sexual de crianças e adolescentes”. Pelas divergências conceituais encontradas em estudos, vale ressaltar ainda que o termo “exploração sexual”, neste trabalho, diz respeito à exploração sexual comercial.

violam as regras sociais e familiares de nossa cultura” (FLORES, 1998, p. 26). Outro conceito estabelece abuso sexual como:

Contatos ou interações sexuais entre menino ou menina e pessoa com mais idade, com mais experiência — adulto ou até outra criança mais velha [...]. A criança é utilizada como objeto de prazer para outra pessoa satisfazer suas necessidades sexuais. Esses contatos ou interações podem ocorrer mediante força, promessas, coação, ameaças, manipulação emocional, enganos ou pressão (MEC, 2007, p. 136).

No estudo de Faleiros e Campos (2000), são pesquisados conceitos de autores e instituições sobre exploração sexual de crianças e de adolescentes. Algumas dessas conceituações, apresentadas na referida pesquisa, encontram-se a seguir:

Exploração sexual de crianças e adolescentes: todo tipo de atividade em que uma pessoa usa o corpo de uma criança ou adolescente para ter proveito de caráter sexual com base numa relação de poder (BICE apud FALEIROS e CAMPOS, 2000, p. 46).

Exploração sexual para fins comerciais trata-se de uma prática que envolve troca de dinheiro com/ou favores entre um usuário, um intermediário/aliciador/agente e outros que obtêm lucro com a compra e venda do uso do corpo das crianças e dos adolescentes, como se fosse uma mercadoria (UNICEF apud FALEIROS e CAMPOS, 2000, p. 47).

Outra referência, baseada em Vivarta (2003), conceitua exploração sexual:

Ato ou jogo sexual em que a pessoa, em situação vulnerável, é explorada para obter lucro ou vantagem por meio da relação sexual, prostituição, indução à participação em shows eróticos, fotografias e filmes pornográficos (BARBOSA e REZENDE, 2007).

Leal (1999), por sua vez, apresenta um conceito mais amplo:

A exploração sexual se define como uma violência contra crianças e adolescentes, que se contextualiza em função da cultura (do uso do corpo), do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado. Operacionalmente, a exploração sexual se traduz em múltiplas e variadas situações que permitem visualizar as relações nelas imbricadas e as dimensões que as contextualizam. A exploração sexual de crianças e adolescentes é uma relação de poder e de sexualidade, mercantilizada, que visa à obtenção de proveitos por adultos, que causa danos biopsicossociais aos explorados que são pessoas em processo de desenvolvimento. Implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, através do comércio de seus corpos, por meios coercitivos ou persuasivos, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos e liberdades individuais da população infanto-juvenil (LEAL, 1999, p. 10-11).

No estudo realizado por Leal (1999), sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes na América Latina e no Caribe, foram definidas e caracterizadas quatro formas de exploração sexual:

- Prostíbulos: a exploração acontece em prostíbulos fechados, notadamente nas estradas (em postos de gasolina), portos marítimos e onde há atividades extrativistas, como os garimpos. Nesses casos, apresenta-se de formas bárbaras, como cárcere privado, venda, tráfico de pessoas, leilões de virgens, mutilações e desaparecimento.
- Pessoas em situação de rua: situação observada em grandes centros urbanos e em cidades de médio porte. Crianças e os adolescentes, que geralmente foram submetidos à extrema miséria, negligência e violência física ou sexual no ambiente familiar, passam a sobreviver nas ruas, usando o corpo para obter afeto e sustento.
- Turismo sexual e pornografia: acontece geralmente em regiões litorâneas, onde o turismo é intenso, como a região Nordeste, e inclui o tráfico de seres humanos para países estrangeiros. A atividade é organizada por uma rede de aliciamento que compreende agências de turismo nacionais e estrangeiras, hotéis, comércio de pornografia, taxistas, entre outros.
- Turismo portuário e de fronteira: acontece em regiões banhadas por rios, como a região Norte, zonas portuárias e fronteiras nacionais e internacionais da região Centro-Oeste. Apesar de essa ação voltar-se para atender turistas estrangeiros, seus principais usuários fazem parte da população local ou, nos casos da zona portuária, da tripulação de navios cargueiros.

A figura a seguir mostra as diferentes formas de exploração sexual identificadas no território brasileiro por meio da pesquisa realizada por Leal (1999):

Figura 2. Mapa da exploração sexual no Brasil



Fonte: LEAL, 1999, p. 20.

Quanto às razões para a exploração sexual infanto-juvenil, entende-se que a existência desse tipo de crime não pode ser atribuída a um único fator. Ainda assim, os especialistas concordam que a pobreza e a exclusão social sejam as suas maiores causas. A pobreza torna as crianças e os adolescentes mais vulneráveis à exploração, e a exclusão social diminui as chances de acesso à escola e ao mercado de trabalho, levando meninas, meninos e jovens a buscarem alternativas de vida.

Os fatores histórico-culturais também são determinantes: a desigualdade entre ricos e pobres, entre homens e mulheres, entre adultos e crianças, entre brancos e negros. Tais fatores ajudam a entender porque a maioria dos casos de exploração sexual no Brasil ocorre com adolescentes negras, de baixa escolaridade, provenientes de famílias de

baixa renda e que moram em periferias ou municípios de pouco desenvolvimento socioeconômico (UNICEF, 2006). Embora as meninas sejam as maiores vítimas, é importante observar que o número de casos de exploração sexual de meninos tem aumentado (LEAL, 1999).

É consenso também entre estudiosos da questão que crianças e adolescentes, impulsionados pela cultura de consumo como forma de inclusão social, se tornam suscetíveis às propostas de aliciadores e exploradores. Vale destacar que a exploração sexual no turismo, segundo Faleiros e Faleiros (2007), é a modalidade de comércio sexual que mais atende, de maneira imediata, às demandas consumistas das pessoas, ao permitir o seu acesso a hotéis, bares, restaurantes, boates etc. Dessa forma, a exploração sexual atinge todas as classes sociais.

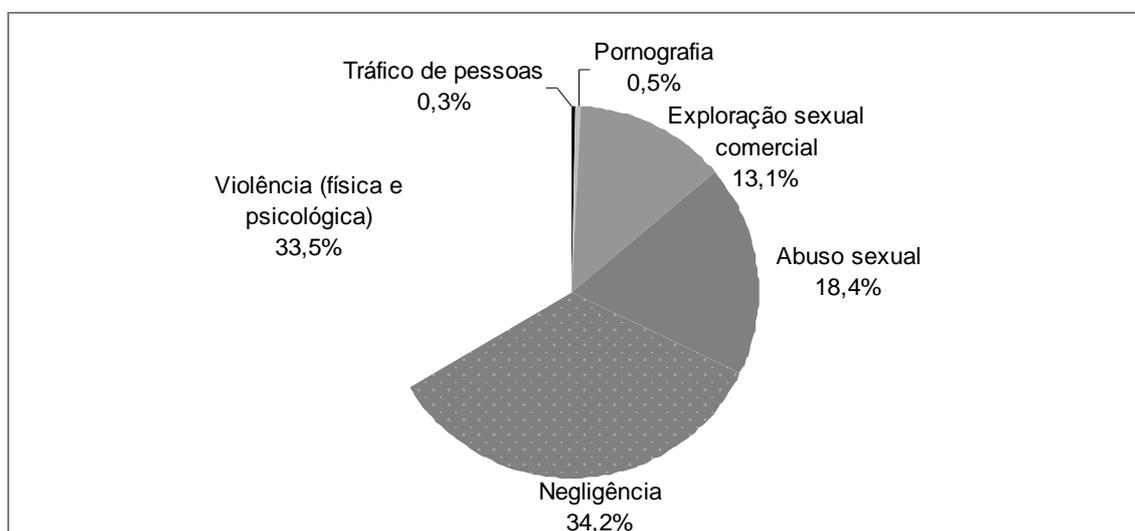
Apesar de alguns aspectos da exploração sexual infanto-juvenil já terem sido identificados por pesquisas, ainda há obstáculos na obtenção de dados, relacionados com a clandestinidade e a ilegalidade do crime, o que dificulta o aprofundamento dos estudos sobre esse fenômeno. Os dados da exploração sexual de crianças e adolescentes podem ser obtidos, por exemplo, por meio de depoimentos de vítimas e testemunhas, denúncias ou ocorrências policiais, mas não há ainda uma pesquisa disponível que forneça essa informação de forma precisa. Comprovando essa escassez, a pesquisa *O grito dos inocentes*⁴ destaca que, das 718 matérias jornalísticas sobre crimes sexuais analisadas, somente 13,37% citam estatísticas, sendo que 33,3% desse percentual não indicam a fonte das informações (VIVARTA, 2003).

⁴ Essa pesquisa, realizada pela ANDI, em parceria com a *Childhood* Brasil e o Instituto Ayrton Senna, analisou 3.717 textos publicados em 2000 e 2001, nos 49 jornais de maior circulação do País, dos quais 718 foram utilizados como amostra para a análise.

O Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (Disque 100), um serviço da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), que acolhe denúncias⁵ de todo o território nacional, é, por sua vez, uma das principais fontes de dados.

Relatórios das denúncias, disponibilizados pela SEDH para este trabalho⁶, revelam que, de 2003 a abril de 2008, foram realizadas 63.067 denúncias. Dessas, 54.986 foram registradas por tipo de violência, apresentando a distribuição conforme gráfico a seguir:

Gráfico 1. Registros de violência, por categoria



Fonte: elaborado pela autora.

Os dados revelam que 34,2% dos registros de violência (18.805 registros) dizem respeito à negligência; 33,5% (18.420) estão relacionados com a violência física e psicológica; 18,4% (10.117), com o abuso sexual; 13,1% (7.203) têm relação com a exploração sexual comercial; 0,5% (275), com a pornografia e 0,3% (165), com o tráfico de seres humanos.

⁵ Ao longo deste trabalho, a palavra denúncia será usada diversas vezes, quando assim estiver nos textos consultados. Cabe salientar, como ressalva Vivarta (2003), que esta palavra é utilizada, muitas vezes, de forma incorreta. Denúncia e notificação não são palavras sinônimas. Enquanto notificação é a comunicação de um fato a alguém, denúncia é o ato pelo qual o promotor de justiça formaliza a acusação perante o juízo competente, dando início a uma ação penal.

⁶ Os dados foram obtidos por meio de contato da pesquisadora com a Secretaria Especial de Direitos Humanos.

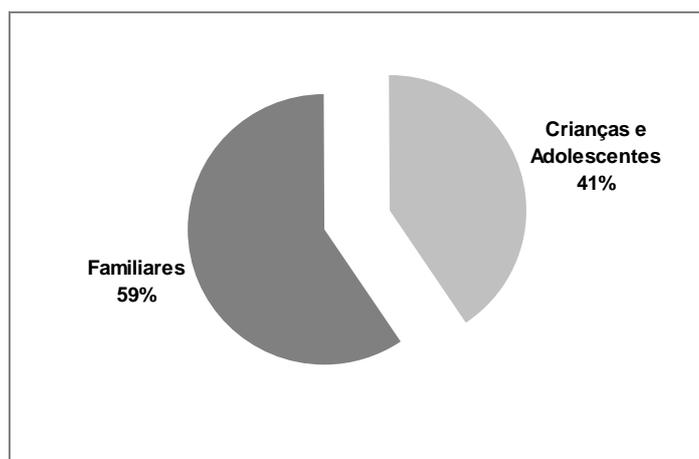
A despeito de sua importância, esses dados não refletem a problemática da exploração sexual no País. O número de notificações indica apenas parte do tamanho do problema, pois os crimes sexuais, de acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF (2006) —, estão entre os menos notificados em todo o mundo, em função dos tabus que cercam a questão e do medo das vítimas em denunciar. Outros fatores que podem influenciar o número de denúncias são o desconhecimento da população sobre os serviços de denúncia e a omissão e o desestímulo em denunciar por causa da sensação de impunidade. Há que se considerar também que existem outros serviços para denúncias telefônicas em alguns estados, o que torna a informação dispersa.

O Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes⁷ (antigo Programa Sentinela), que realiza atendimento voltado às vítimas de violência sexual, é outra importante fonte de informação. De acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para este trabalho⁸, foram atendidas 155.626 pessoas em 2006, em 904 municípios⁹. Dos atendimentos realizados, 92.527 (59% do total) foram feitos a familiares, e os 63.099 restantes, às crianças e aos adolescentes (41%), conforme demonstra o gráfico a seguir:

⁷ Serviço que oferece um conjunto de procedimentos técnicos especializados para atendimento e proteção imediata às crianças e aos adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual, bem como a seus familiares, proporcionando-lhes condições para o fortalecimento da auto-estima, superação da situação de violação de direitos e reparação da violência vivida (MDS, 2008).

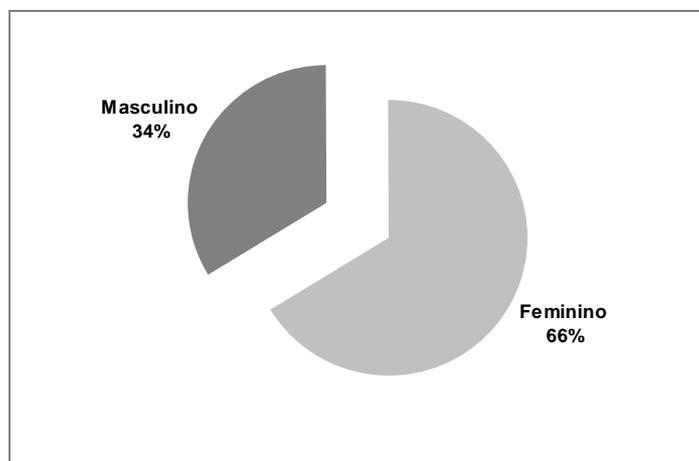
⁸ Os dados foram obtidos por meio de contato da pesquisadora com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

⁹ Atualmente são 1.230 municípios beneficiados. Os dados de atendimento do ano de 2006 são os mais atuais, de acordo com o MDS.

Gráfico 2. Total de atendimentos em 2006

Fonte: elaborado pela autora.

Dos atendimentos realizados às crianças e aos adolescentes, 41.738 (66% do total) referem-se a pessoas do sexo feminino, e os demais 21.271, a crianças e adolescentes do sexo masculino (34%), conforme apresenta o gráfico abaixo:

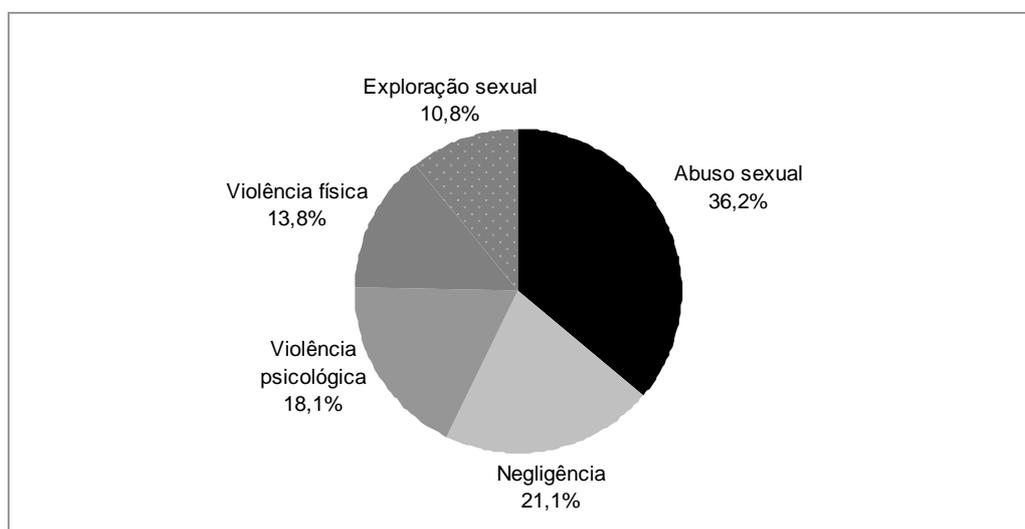
Gráfico 3. Percentual de atendimentos a crianças e adolescentes em 2006, por sexo

Fonte: elaborado pela autora.

Quanto aos dados que categorizam o número de atendimentos a crianças e adolescentes por tipo de violência, 36,1% (22.810 do total de atendimentos) estão relacionados com abuso sexual, 21,1% (13.329), com negligência, 18,1% (11.404), com violência

psicológica, 13,8% (8.736), com violência física e 10,8% (6.820), com exploração sexual, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 4. Percentual de atendimentos a crianças e adolescentes em 2006, por categoria



Fonte: elaborado pela autora.

Os dados referentes ao número de atendimentos realizados em 2006 pelo Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes confirmam o que foi apontado pelo UNICEF e mencionado anteriormente: crianças e adolescentes do sexo feminino são as maiores vítimas de violência.

É importante ressaltar que os dados da SEDH, quanto ao número de denúncias, e os do MDS, quanto ao número de atendimentos, mostram que a violência sexual se apresenta, na maior parte dos casos, na forma de abuso sexual. Enquanto o abuso não envolve ganhos financeiros, a exploração sexual está relacionada com diversos mercados e “se articula de acordo com a economia predominante no território” (FALEIROS, 2000b, p. 33). A exploração sexual no turismo, de acordo com Faleiros e Faleiros (2007), “é, talvez, a forma de exploração sexual mais articulada com atividades econômicas, inclusive com o próprio desenvolvimento do turismo” (FALEIROS e FALEIROS,

2007, p. 45). Desse modo, a fim entender de que forma o setor turismo se articula com a exploração sexual, este tema específico será analisado na próxima seção.

2.2 Exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo

O turismo é conceituado como o deslocamento de pessoas que permanecem em outra localidade, que não a de sua residência, por mais de 24 horas e menos do que um ano (COOPER, *et al.*, 2001). O principal motivo da viagem irá definir o tipo de turismo: ecoturismo, turismo cultural, turismo de sol e praia, turismo religioso etc. O turismo sexual consistiria, portanto, na exploração sexual como principal propósito da viagem? A resposta não é tão simples, pois a questão é mais abrangente.

Antes de responder a essa questão e apresentar alguns conceitos, vale fazer uma ressalva quanto à utilização da expressão “turismo sexual”: o uso desse termo será evitado neste trabalho, por considerar-se que o mercado do sexo não se inclui nas políticas públicas como um produto turístico. A expressão será usada quando assim estiver nos textos consultados; do contrário, será substituída por “exploração sexual associada ao turismo” ou “exploração sexual no turismo” como expressões de mesmo significado. Como alerta Soares do Bem (2005), o turismo sexual “não pode ser considerado simplesmente um segmento a mais na atividade turística (por pressupor um mercado configurado), mas uma de suas perniciosas deformações” (SOARES DO BEM, 2005, p. 19).

O turismo sexual, segundo Faleiros e Faleiros (2007), “é o comércio sexual, em cidades turísticas, envolvendo turistas nacionais e estrangeiros” (FALEIROS e FALEIROS, 2007, p. 45).

O conceito da OIT/IPEC, mais especificamente sobre o turismo sexual infanto-juvenil, revela que esse fenômeno se trata de:

Inclusão, promoção, oferta e/ou utilização da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes nos “pacotes” para visitantes nacionais ou estrangeiros. São exploradores os que promovem, facilitam ou consomem estes serviços. O turismo não é a causa da exploração sexual infantil; entretanto, os exploradores se valem das facilidades oferecidas pela indústria turística (hotéis, bares, clubes noturnos etc.). Por outro lado, a indústria turística pode ajudar a criar uma demanda promovendo a imagem exótica de um lugar, especialmente quando utilizam mulheres na divulgação. Em geral os *tours* sexuais são organizados de maneira informal entre amigos e colegas; no entanto, há casos de participação de agentes de turismo (MEC, 2007, p. 151-152).

De acordo com Leal, turismo sexual

é a exploração de crianças e adolescentes por visitantes, em geral, procedentes de países desenvolvidos ou mesmo turistas do próprio país, envolvendo a cumplicidade, por ação direta ou omissão de agências de viagem e guias turísticos, hotéis, bares, lanchonetes, restaurantes e barracas de praia, garçons e porteiros, postos de gasolina, caminhoneiros e taxistas, prostíbulos e casas de massagens, além da tradicional cafetinagem (LEAL, 1999, p. 13).

De acordo com Roseno (2006), o turismo sexual é conceituado pela Organização Mundial de Turismo como “a realização de viagens organizadas dentro do setor do turismo ou fora deste, porém com o uso de suas estruturas e redes, com o propósito primeiro de permitir relações sexuais comerciais do turista com os/as residentes do local de destino” (ROSENO, 2006, p. 299).

Ao contrário da definição apresentada por Leal (1999) e por Roseno (2006), acredita-se que a exploração sexual no turismo não acontece obrigatoriamente em equipamentos turísticos ou por meio da omissão ou ação direta de funcionários de empresas ligadas ao turismo. No entanto, em todos esses casos, o “cliente” é um turista nacional ou estrangeiro. Ressalte-se que essas afirmações são baseadas na percepção da autora deste trabalho e que a escassez de literatura sobre o tema pode justificar a ausência de conceitos que corroborem explicitamente tal afirmação.

É também percepção da autora deste estudo que a exploração sexual no turismo pode acontecer de diferentes formas:

- Antes de o turista chegar ao seu destino, contrata um pacote para fins de exploração sexual.
- O turista escolhe um destino onde sabe que vai encontrar oferta de sexo, mas não “contratou os serviços previamente”. Isso acontece muitas vezes por ação de *marketing*, que vende o destino como “paraíso sexual”.
- O turista viaja com outros propósitos e, quando chega ao destino, encontra oferta disponível e faz uso dela.

De acordo com Staebler (1996), por mais que a maioria dos turistas não planeje manter relações sexuais em suas viagens, ao contrário do conceito apresentado por Roseno (2006), com a disponibilidade do comércio sexual, muitos acabam fazendo uso desse “serviço”. Com base em Staebler (1996) e Zouain e Oliveira (2007), eis algumas das razões que explicam esse fenômeno:

- A oportunidade de suprir uma relação sexual infeliz no país de origem.
- A sensação de anonimato, por estar fora de seu país, permite que ele (ou ela) admita um comportamento diferente do que apresenta em seu país de origem.
- Em destinos exóticos, o comportamento do turista é justificado por suposições que, mesmo incorretas, são construídas com base no desconhecimento sobre a cultura e os valores da sociedade do país visitado.
- A superioridade socioeconômica, por estar em um país mais pobre, reforça a possibilidade de exploração da população local.

- A oferta de crianças e adolescentes organizada para os turistas.

Além da motivação do viajante, há que se considerar que interesses comerciais estão envolvidos. Para que a exploração sexual ocorra, é necessária a atuação de uma rede, que pode ser de prostituição, de pornografia, de tráfico ou do chamado “turismo sexual”.

As redes de favorecimento do tráfico para fins de exploração sexual comercial, que pouco diferem das de exploração sexual, “organizam-se como uma teia de atores que desempenham diferentes funções (aliciadores, proprietários, empregados e outros tipos de intermediários) com o objetivo de explorar para obter algum bem material ou lucro” (LEAL e LEAL, 2003, p. 66).

As redes de exploração, conforme Faleiros (2000b), são redes autoritárias, centradas “no lucro comercial que se possa obter com o trabalho dos corpos da criança ou do adolescente, na sua transformação e submissão em mercadoria humana para benefício sexual do cliente e benefício comercial dos proprietários do comércio e dos aliciadores” (FALEIROS, 2000b, p. 32).

Essas redes podem ser compostas por diversos agentes, como ressalta Leal (2003), e são encontrados vários termos para os seus participantes, como aliciador(a), recrutador(a), explorador(a), cafetão/cafetina etc. Segundo os conceitos do *Glossário de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes*, o aliciador, recrutador e cafetão exercem a mesma função: a de intermediação. O explorador, entretanto, pode utilizar os “serviços sexuais” ou intermediar a exploração. A seguir, registram-se os conceitos:

Aliciador(a): pessoa, homem ou mulher, que alicia, ou seja, atrai para si com promessas enganosas, seduz, suborna, induz a atos de rebeldia ou transgressão. São pessoas envolvidas na cadeia de exploração sexual contra crianças e adolescentes que, aproveitando-se de sua ingenuidade, imaturidade, falta de experiência ou qualquer outro tipo de

vulnerabilidade, põem-nas no circuito da exploração sexual comercial e, com isso, têm alguma forma de benefício (MEC, 2007, p. 136-137).

Explorador(a): é toda pessoa que utiliza diretamente ou faz intermediação de crianças e adolescentes para atividades sexuais com terceiros, em troca de pagamento ou qualquer outro tipo de compensação. São, portanto, exploradores os que usam diretamente serviços sexuais de crianças e adolescentes (inapropriadamente chamados “clientes”); os que facilitam atividades sexuais entre crianças/adolescentes e outra pessoa; os que recrutam crianças e adolescentes para o comércio sexual e os que, mesmo não se envolvendo diretamente, têm benefícios diretos ou indiretos com a exploração sexual comercial infantil (MEC, 2007, p. 144).

São identificadas diferentes redes atuando na exploração sexual. Algumas delas, segundo Leal e Leal (2003), são descritas a seguir.

- Rede de entretenimento: *shopping centers*, boates, bares, restaurantes, motéis, barracas de praia, lanchonetes, danceterias, casas de *shows*, quadras de escolas de samba, prostíbulos e casas de massagens.
- Rede do mercado da moda: agências de modelos (fotográficos, de vídeos, de filmes).
- Rede de agências de emprego: recrutamento de empregadas domésticas, *baby-sitters*, acompanhantes de viagens e trabalhos artísticos (dançarinas, cantoras etc).
- Rede de agências de casamento: preferencialmente utilizada para o tráfico internacional.
- Rede do setor de turismo: agências de viagem, hotéis, spas, *resorts*, taxistas, transportadoras de turismo.
- Rede de agenciamento para projetos de desenvolvimento e infra-estrutura: recrutamento para frentes de assentamentos agrícolas, construção de rodovias, hidrovias, mineração (garimpos), entre outros.

O entendimento sobre o funcionamento dessas redes é importante para se ter clareza de que a exploração sexual não acontece somente em virtude de fatores sociais, como a pobreza, ou históricos, como o racismo e a dominação do gênero masculino em relação ao feminino. O fator econômico é evidenciado pelos altos lucros com a atividade. Para se ter uma idéia do quanto esse mercado movimenta, enquanto o mercado internacional da pedofilia fatura cinco bilhões de dólares anualmente, segundo estimativas (VIVARTA, 2003), o lucro total com o tráfico de seres humanos chega a 31,6 bilhões de dólares por ano (OIT, 2006). Tanto a pedofilia quanto o tráfico de pessoas são citados por sua estreita relação com a exploração sexual.

Em 2005, por meio da publicação do relatório “Uma aliança global contra o trabalho forçado”, a Organização Internacional do Trabalho divulgou estimativa de que, aproximadamente, 2,4 milhões de pessoas foram traficadas em todo o mundo para serem submetidas a trabalhos forçados: cerca de 43% para fins de exploração sexual, 32% com a finalidade de exploração econômica e 25% para uma combinação dessas formas ou por motivos indeterminados (OIT, 2006).

Assim se conceitua o tráfico de seres humanos:

O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto¹⁰, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração (OIT, 2006, p. 12).

A conceituação acima ratifica e esclarece a relação do tráfico de pessoas com a exploração sexual no turismo, visto que o tráfico pode utilizar-se de equipamentos turísticos para se estabelecer, como os meios de transporte e hospedagem. Conforme Faleiros e Campos (2000), “o tráfico nacional e internacional de mulheres é, por vezes,

¹⁰ O termo **rapto** deve ser entendido como a conduta definida no artigo 148 do Código Penal, referente a seqüestro e cárcere privado.

articulado com o turismo sexual. Trata-se da globalização de mercados da contravenção, que atuam através de redes clandestinas, muito poderosas, mafiosas e violentas, vigiadas por fortes esquemas de segurança” (FALEIROS e CAMPOS, 2000, p. 32).

Vale ressaltar que o turismo, por mais que não seja a causa da exploração sexual, como foi destacado no relatório da OIT/IPEC já mencionado, pode ser um dos impulsionadores. De acordo com Soares do Bem (2005),

os modos de ocupação territorial e de atribuição de novas funções ao espaço no processo de *turistificação* expulsam o morador, que se vê forçado a migrar para outras áreas. Num momento posterior, ele retorna para ser “reintegrado” ao que era o seu espaço, mas, agora, na condição de mão-de-obra barata. As gerações mais novas, sem espaço nas atividades tradicionais que se desarticulam com a atividade turística e sem encontrar uma forma de integração às novas dinâmicas socioeconômicas, acabam forçadas a “vender” seus corpos para a crescente demanda (SOARES DO BEM, 2005, p. 33).

Cabe salientar, no entanto, que existe algo além do processo descrito pelo autor. A forma como a atividade turística é planejada pode gerar grandes impactos sociais, pois o planejamento turístico, que não leva em consideração as condições e limitações da população local, exclui socialmente a população. Um dos exemplos é descrito por Couto (2004) ao analisar os impactos da implantação do Complexo Sauípe.

Os impactos negativos iniciaram-se durante as obras, quando chegaram cafetões e prostitutas de outras regiões que instalaram duas boates na localidade e recrutaram mulheres nativas, principalmente jovens, para a atividade de prostituição. Couto (2004) também constatou que houve baixa absorção da mão-de-obra local, já que boa parte dos funcionários do Complexo veio de outras cidades. O alto índice de desemprego e a falta de perspectivas tornaram a população local mais vulnerável à exploração sexual por parte de turistas, aumentando a prostituição.

Apesar desse relato negativo, o setor de turismo não pode ser visto apenas como causador de danos à sociedade; mas, ao contrário, o turismo, por meio dos diversos atores que integram a cadeia do setor, pode aliar-se à rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente, trabalhando em prol da defesa desses direitos. As redes, segundo Faleiros (2000b), “partem da articulação de atores/organizações-forças existentes no território para uma ação conjunta multidimensional com responsabilidade compartilhada (parcerias) e negociada” (FALEIROS, 2000b, p. 28).

A proposta de intervenção em rede, ou seja, a atuação por uma rede de proteção

implica muito mais que a coordenação ou a articulação de diferentes recursos familiares, comunitários e institucionais. Por um lado, implica a aceitação de diferentes modalidades de atenção, distintas formas operativas de abordagem e reconhecimento da diversidade de visões. Por outro lado, requer construção coletiva de modelos para entender a problemática, altamente determinada por fatores ideológicos e culturais. Implica também abrir espaços para a divisão de papéis, a negociação, a partilha de recursos e responsabilidades. As redes sociais de proteção e atenção à infância e à adolescência e de combate à exploração sexual comercial, com a participação de organizações públicas e privadas, de associações comunitárias, de empresas, de sindicatos e outros movimentos sociais, é a via mais eficaz para lograr uma resposta efetiva ao problema (MEC, 2007, p. 149).

Vale lembrar que a atuação do setor de turismo na proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes iniciou-se com um processo desgastante, como relata Gorenstein (2007). Segundo a autora, com a constatação do crescimento da utilização do turismo para fins criminosos, como a exploração sexual, muitas organizações militantes na área da infância tentaram aproximar-se do setor do turismo com o intuito de ganhar a adesão de empresas para a causa da proteção de crianças e adolescentes. No entanto o turismo era acusado de desenvolver-se à custa de violações de direitos humanos, o que dificultava essa aproximação.

Ainda de acordo com Gorenstein (2007), a mudança ocorreu quando a *United Federation of Travel Agents' Associations* (UFTAA) expressou publicamente a sua

preocupação com a utilização dos equipamentos do turismo para fins de exploração sexual. “A partir desta ação, em 1993, o cenário de colaboração e parceria entre as organizações do setor se modificou” (GORENSTEIN, 2007, p. 3).

Entendendo que o turismo pode participar da prevenção e do enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, a seção a seguir irá tratar das políticas e ações gerais e específicas do turismo, além do marco legal.

2.3 Marco legal, políticas públicas e ações de prevenção e enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes

A base internacional da legislação específica sobre exploração sexual tem como referências: a Declaração sobre os Direitos da Criança, ratificada em 1923 em Genebra; a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela ONU em 1948; a Segunda Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada em 1959; a Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989; e a Declaração de Viena, de 1993 (FIGUEIREDO e BOSCHI, 2007; ONU, 2008).

No Brasil, o embasamento da legislação está ancorado na Constituição Federal de 1988, ganhando forças com o estabelecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. Antes disso, não havia espaço para a discussão da exploração sexual infanto-juvenil, visto que os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes não eram resguardados. É importante destacar que a regulamentação jurídico-política do ordenamento legal para a infância e a adolescência iniciou-se pelos Códigos de Menores de 1927¹¹ e de 1979¹². O primeiro apresentava uma visão higienista e repressora, em que o juiz tinha poder absoluto sobre a criança e a família. A criança era vista como

¹¹ Decreto n.º 17.943-A, de 12 de outubro de 1927.

¹² Lei n.º 6.697, de 10 de outubro de 1979.

incapaz ou perversa, e o controle da infância, abandonada e delinqüente, visava à garantia da ordem e da moral. Havia facilitação da inserção da criança no trabalho, e o abrigo e o internamento eram vistos como forma corretiva básica (FALEIROS, 2000a).

O Código de 1979 deu continuidade ao de 1927, em que predominava a mesma visão moralista e repressora e a ausência de direitos do menor na sua defesa. O juiz mantinha sua autoridade, e a família e a criança eram responsáveis pelas irregularidades (FALEIROS, 2000a).

Promulgada anos mais tarde, a Constituição Federal de 1988 passou a considerar os direitos da criança e do adolescente, versando sobre a proteção contra qualquer tipo de negligência, violência e exploração, como pode ser constatado no artigo a seguir:

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 227 § 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹³, em 1990, representou um avanço no reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. O Estatuto dispõe sobre direitos fundamentais, prevenção, política de atendimento, medidas de proteção, prática do ato infracional, medidas pertinentes aos pais ou responsáveis, conselho tutelar, acesso à justiça, crimes e infrações administrativas.

Destacam-se abaixo alguns artigos do ECA:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo de proteção integral de que trata essa Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento

físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 17 O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, das idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18 É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Art. 244-A Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no “caput” do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual:

Pena — reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no “caput” deste artigo.

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

A legislação para casos de violência e maus-tratos de crianças e adolescentes é apresentada no quadro a seguir, que contém os tipos penais previstos no ECA e no Código Penal¹³.

Quadro 1. Legislação pertinente à exploração, abuso sexual e maus-tratos

AGRESSOR		
TIPO PENAL	CAPITULAÇÃO	PENA
Estupro	CP, art. 213, Lei 8.072/90, art. 9º	Reclusão de dez a 14 anos
Atentado violento ao pudor	CP, art. 214, Lei 8.072/90, art. 9º	Reclusão de dez a 14 anos
Posse sexual mediante fraude	CP, art. 215, § único	Reclusão de dois a seis anos
Sedução	CP, art. 217	Reclusão de dois a quatro anos
Corrupção de menores	CP, art. 218	Reclusão de dois a quatro anos
Rapto consensual	CP, art. 220	Detenção de um a três anos
Formas qualificadas aplicadas aos arts. 213 e 214	CP, art. 223, § único	Reclusão de oito a 12 anos (resultando lesão corporal grave) e de 12 a 25 anos (resultando morte)
Presunção de violência	CP, art. 224, “a”	Presume-se a violência quando a vítima não é maior de 14 anos

¹³ Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

AGRESSOR		
TIPO PENAL	CAPITULAÇÃO	PENA
Atentado ao pudor mediante fraude	CP, art. 216, § único	Reclusão de dois a quatro anos
Mediação para servir à lascívia de outrem	CP, art. 227, 1	Reclusão de dois a cinco anos
Favorecimento da prostituição	CP, art. 228, 1	Reclusão de três a oito anos
Casa de prostituição	CP, art. 229	Reclusão de dois a cinco anos
Rufianismo	CP, art. 230, 1	Reclusão de três a seis anos, além de multa
Tráfico de mulheres	CP, art. 231, 1	Reclusão de quatro a dez anos
Produção de representação pornográfica, utilizando criança ou adolescente	ECA, art. 240	Reclusão de um a quatro anos e multa
Fotografar ou publicar cena de sexo envolvendo criança ou adolescente	ECA, art. 241	Reclusão de um a quatro anos
PAIS OU RESPONSÁVEIS		
TIPO PENAL	CAPITULAÇÃO	PENA
Maus-tratos, opressão ou abuso sexual	ECA, art. 130	Afastamento do agressor da moradia comum

Fonte: LEAL, 1999, p. 44-45.

Considerando os direitos da criança e do adolescente assegurados pela Constituição Federal e pelo ECA, e assumindo a exploração sexual como tipo penal previsto em Lei¹⁴, em 1993, a realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, resultou na mobilização da sociedade civil, do Executivo, Legislativo e Judiciário, da mídia e de organismos internacionais. Com a visibilidade adquirida, a prevenção e o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes foram fortalecidos por programas, pesquisas, campanhas e notícias na mídia (MJ, 2002).

Posteriormente, surgiram outras ações do Legislativo, destacando-se:

- CPI da Prostituição Infanto-Juvenil (Câmara Federal). Brasília, 1993.
- CPI da Prostituição Infantil. Norte de Minas Gerais, 1995.

¹⁴ Código Penal, capítulo V.

- Comissão Especial de Inquérito sobre a Prostituição Infanto-Juvenil. Município de Goiânia/GO, 1998.
- CPI da Prostituição Infantil. Paraná.
- CPI da Exploração Sexual, Prostituição, Abuso Sexual e Maus-Tratos de Crianças e Adolescentes no DF (Câmara Legislativa). Brasília, 1996.
- CPI da Prostituição Infanto-Juvenil. Natal, 1995.
- Formação da Frente Parlamentar contra o Fim da Violência, Exploração de Turismo Sexual de Crianças e Adolescentes (Câmara Federal), 1996.

A problemática da exploração sexual infanto-juvenil passa a ser amplamente discutida com a realização do I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. Com o objetivo de realizar uma etapa preparatória para o referido congresso, foi organizado o Seminário contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas, que ocorreu em Brasília, em 1996. Desse evento resultou a elaboração da Carta de Brasília, um documento com recomendações para o enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes (CEDECA, 2008).

O I Congresso Mundial, realizado também em 1996, em Estocolmo, representou um marco de mobilização mundial, reunindo representantes de 125 países. Após esse evento, o governo brasileiro assumiu o compromisso político de eliminar a exploração sexual comercial de crianças, firmado no documento denominado “*The Stockholm Declaration and Agenda for Action*” (Ministério da Justiça — MJ, 2002; MUNTARBHORN, 1996).

Com relação ao envolvimento do setor de turismo no congresso, destaca-se a criação do Código de Conduta para Proteção da Criança contra a Exploração Sexual Comercial nas

Viagens e Turismo — *The Code*, que fornece as seguintes diretrizes a serem implementadas pelas empresas ligadas ao setor turístico que o adotarem:

- Estabelecer uma política ética em relação à exploração sexual de crianças.
- Treinar funcionários nos países de origem e nos destinos turísticos.
- Introduzir uma cláusula contratual com fornecedores, na qual as partes repudiem a exploração sexual de crianças.
- Fornecer informações aos turistas sobre o assunto.
- Fornecer informações a pessoas-chave nos países de destino,
- Elaborar relatórios anuais com informações sobre a aplicação do Código.

Após a realização do Congresso de Estocolmo, o setor de turismo intensificou suas ações com relação à defesa dos direitos da criança e do adolescente. O Código Mundial de Ética do Turismo refere-se à Declaração de Estocolmo, afirmando, em seu segundo artigo:

A exploração de seres humanos em qualquer uma de suas formas, particularmente a sexual, e especialmente envolvendo crianças, entra em conflito com os objetivos fundamentais do turismo e é sua negação; como tal, e de acordo com a lei internacional, deve ser energeticamente combatida com a cooperação de todos os Estados interessados e ser penalizada sem concessão pela legislação nacional de ambos os países visitados e dos autores destes atos, mesmo quando são realizados no exterior (UNWTO, 2007, p. 4).¹⁵

No âmbito nacional, o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e o Ministério da Justiça passaram a oferecer apoio, na prevenção e no enfrentamento da problemática, para a criação do primeiro número telefônico nacional gratuito a receber denúncias de exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes, sob o número 0800 99-0500.

¹⁵ Tradução livre da autora deste trabalho.

O serviço funcionou de 1997 a 2003, operado pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia), quando passou então a ser coordenado pela SEDH, no âmbito da política pública federal.

Seguindo a tendência mundial de atuação na área de prevenção e enfrentamento à violência sexual, em junho de 2000, um encontro realizado na cidade de Natal-RN, com a presença de representantes do Legislativo, Judiciário, Ministério Público, órgãos dos Executivos federal, estadual e municipal, e organizações não-governamentais nacionais e internacionais, resultou na elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil¹⁶, atendendo à demanda do I Congresso Mundial de Estocolmo.

O Plano objetivou “estabelecer um conjunto de ações articuladas que permita intervenções técnico-políticas e financeiras para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes” (MJ, 2002, p. 14-15) e estruturou-se em seis eixos estratégicos:

- Análise da situação: visa a conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes em todo o país e as condições e garantias de financiamento do Plano; realizar o diagnóstico da situação do enfrentamento da problemática, o monitoramento e a avaliação do Plano; divulgar todos os dados e informações à sociedade civil brasileira.
- Mobilização e articulação: tem por fim comprometer a sociedade civil no enfrentamento dessa problemática; divulgar o posicionamento do Brasil em relação à exploração sexual no turismo e ao tráfico para fins sexuais; fortalecer

¹⁶ Os objetivos, metas e ações do Plano encontram-se no Anexo I deste trabalho.

as articulações nacionais, regionais e locais para o enfrentamento da violência sexual; avaliar os impactos e resultados das ações de mobilização.

- Defesa e responsabilização: objetiva atualizar a legislação sobre crimes sexuais; combater a impunidade; disponibilizar serviços de notificação; capacitar os profissionais da área jurídico-policia; implantar e implementar os Conselhos Tutelares, o Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA) e as Delegacias especializadas de crimes contra crianças e adolescentes.
- Atendimento: tem o objetivo de efetuar e garantir o atendimento em rede às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias, por profissionais especializados e capacitados.
- Prevenção: visa a assegurar ações preventivas contra a violência sexual, possibilitando que as crianças e os adolescentes sejam educados para o fortalecimento da sua autodefesa; atuar com a Frente Parlamentar, no sentido da legislação referente à Internet.
- Protagonismo infanto-juvenil: tem por fim promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e comprometê-los com o monitoramento da execução do Plano Nacional.

Percebendo-se a necessidade de realizar o acompanhamento e monitoramento da implementação do Plano, foi instituído, em 2000, o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, do qual participam o Poder Público, organismos internacionais e a sociedade civil organizada (COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E

ADOLESCENTES, 2007; FIGUEIREDO e BOSCHI, 2007; VIVARTA, 2003). O Comitê tem como metas prioritárias:

- Articular as instâncias regionais, estaduais e municipais para a formulação e a implementação dos planos estaduais e municipais.
- Colaborar com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no planejamento e na execução de ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.
- Mobilizar os governos para inserir as ações do Plano de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes nos orçamentos da União, dos estados e municípios.
- Ter o dia 18 de maio — “Dia nacional de luta contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes” — como referência de mobilização de massa.
- Criar instrumentos de avaliação e monitoramento dos Planos nacional, estadual e municipal.
- Consolidar um banco de dados nacional para análise permanente da situação.

A mobilização mundial em torno da temática ganha mais força com a realização, em 2001, do II Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, realizado em Yokohama, que objetivou acompanhar os resultados alcançados desde o primeiro congresso, verificar as lições aprendidas e identificar desafios e lacunas (MUNTARBHORN, 2001). O Brasil, ao apresentar o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, torna-se referência para a

comunidade internacional, por ser um dos primeiros países a formalizar um projeto de intervenção integrada.

Como resposta às demandas do Plano Nacional, foi criado, em 2002, o Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Tornou-se uma de suas principais atribuições a mobilização de redes a fim de realizar a integração de programas e ações dos governos, organismos e agências internacionais, universidades e sociedade civil. E mais: a disseminação de boas práticas, a sistematização de informações e a promoção de campanhas de sensibilização e mobilização (SEDH, 2007).

Em 2003, por determinação do presidente da república, em seu primeiro encontro ministerial, o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes entrou na agenda de governo como uma questão prioritária e tornou-se objeto de ações de vários ministérios. O Ministério da Justiça recebeu a atribuição, depois repassada à Secretaria Especial de Direitos Humanos, de coordenar um grupo de técnicos dos ministérios para empreender ações, a fim de erradicar a exploração sexual infanto-juvenil. Foi criada, então, pelo governo federal, a Comissão Intersetorial para Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente, composta de representantes do Poder Público, de organizações internacionais e de entidades da sociedade civil, com a missão de propor a formulação de políticas públicas integradas para a erradicação do abuso e da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

A primeira tarefa da Comissão Intersetorial foi identificar e trazer para um mesmo ambiente representantes dos ministérios que teriam afinidade com a temática, como os de Turismo, Educação, Saúde, Cultura, Assistência Social, Relações Exteriores e Trabalho e, assim, caracterizar e integrar programas e projetos desses ministérios para

enfrentar o fenômeno (FIGUEIREDO e BOSCHI, 2007; GORENSTEIN, 2007; SEDH, 2007). Com isso, o Brasil intensificou sua participação em ações para a erradicação da exploração sexual infanto-juvenil.

Fortalece-se o envolvimento do País com a temática com a instalação pelo Senado Federal, em março deste ano, da CPI da Pedofilia, que pretende investigar a rede de pedófilos existente em seu território (GUERREIRO, 2008).

Além disso, o Brasil é responsável pela organização do III Congresso Mundial de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, que será sediado no Rio de Janeiro. O evento, organizado pelo governo brasileiro, ECPAT, UNICEF e NGO Group, acontecerá de 25 a 28 de novembro de 2008.

O III Congresso tem como público-alvo representantes dos governos e das organizações não-governamentais, atores do sistema de garantia de direitos, militantes, formadores de opinião e adolescentes protagonistas. O objetivo principal é a mobilização internacional para garantir o direito de proteção de crianças e adolescentes, a fim de:

- analisar os novos desafios e as dimensões da exploração sexual na contemporaneidade;
- identificar avanços e lacunas no marco legal e na responsabilização;
- compartilhar experiências de implementação de políticas intersetoriais no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescente;
- definir estratégias e metas possíveis de serem pactuadas em cooperação internacional (SEDH, 2007).

2.4 Observatórios

2.4.1 Revisando conceitos de observatório

O termo **observatório** está associado à capacidade humana de observar o mundo e refletir sobre sua evolução. Os observatórios astronômicos, que já eram usados por civilizações antigas, foram criados para que houvesse uma infra-estrutura adequada para o estudo dos planetas (BEUTTENMULLER, 2007). Em função dessa perspectiva histórica, até hoje, associa-se o termo **observatório** aos observatórios astronômicos. De acordo com Houaiss (2001), **observatório** é:

1. edifício equipado para observações astronômicas ou meteorológicas; 2. instituição que tem como objetivo realizar tais observações; 3. lugar de onde se observa qualquer coisa; mirante ou miradouro; 4. ato ou efeito de observar (-se); observação.

Por sua característica de não-intervenção, o termo **observatório** foi adotado no âmbito de universidades, atendendo ao seu principal objetivo: o de observar. A observação como método científico, de acordo com Richardson (1999), não está restrita ao que vemos e inclui o questionamento sobre o que e como são os fenômenos, e por que ocorrem.

Conforme Richardson “as primeiras observações podem ser informações de nossa própria experiência ou dados obtidos por meio de leitura de algum texto” (RICHARDSON, 1999, p. 26). Já, no âmbito dos observatórios, de acordo com o *Itaú Cultural*, “a observação se baseia em parâmetros de objetividade válidos para as disciplinas utilizadas por ele e reconhecidas fora dele pelas comunidades científicas nacionais e internacionais” (ITAÚ CULTURAL, 2007, p. 38). A imparcialidade, também presente no ato de observação e que se espera nas atividades dos observatórios, é uma importante característica a ser citada (UNDP, 2004).

Segundo Beuttenmuller (2007), os primeiros observatórios foram criados em meados da década de 1990, da parceria entre universidades, ONGs e movimentos sociais. O objetivo principal era o de produzir informações relativas às políticas públicas locais, gerando informações alternativas às governamentais e, dessa forma, oferecendo subsídio à participação social.

Na década de 2000, surgem os primeiros observatórios de governo, particularmente os de âmbito municipal, incentivados por agências internacionais. Como resposta à demanda por transparência dos governos locais e com o objetivo de “prestar contas” à sociedade, os principais objetivos dos observatórios eram os de monitorar e avaliar políticas e programas governamentais (BEUTTENMULLER, 2007; PAZ, 2004).

Atualmente, os observatórios em atividade possuem objetivos e estruturas diversas e tratam de todos os tipos de temas. Por outro lado, algumas instituições, especialmente organizações não-governamentais, realizam atividades similares à dos observatórios, embora não utilizem essa denominação (UNDP, 2004).

O programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento destaca características encontradas na maior parte dos observatórios, quais sejam:

- recopilação de dados e elaboração de base de dados;
- metodologias para codificar, classificar e categorizar dados;
- conexão de pessoas ou organizações de áreas similares;
- aplicações específicas de novas ferramentas técnicas;
- análise de tendências e publicações (UNDP, 2004, p. 3).¹⁷

O Workshop on Environment and Development “Observatories” in the Mediterranean Countries, ocorrido em 1999 e organizado pelo Plano de Ação do Mediterrâneo, traz algumas contribuições sobre o papel e os métodos dos observatórios. Onze experiências foram apresentadas e, com base em discussões, as funções dos observatórios foram

¹⁷ Tradução livre da autora deste trabalho.

definidas. Apesar de as discussões girarem em torno de um objetivo mais estrito, relacionado com questões ambientais no Mediterrâneo, essa experiência deve ser considerada importante para os observatórios de uma maneira geral (UNEP, 1999).

Eis as principais atividades de um observatório, segundo a *United Nations Environment Programme* (UNEP):

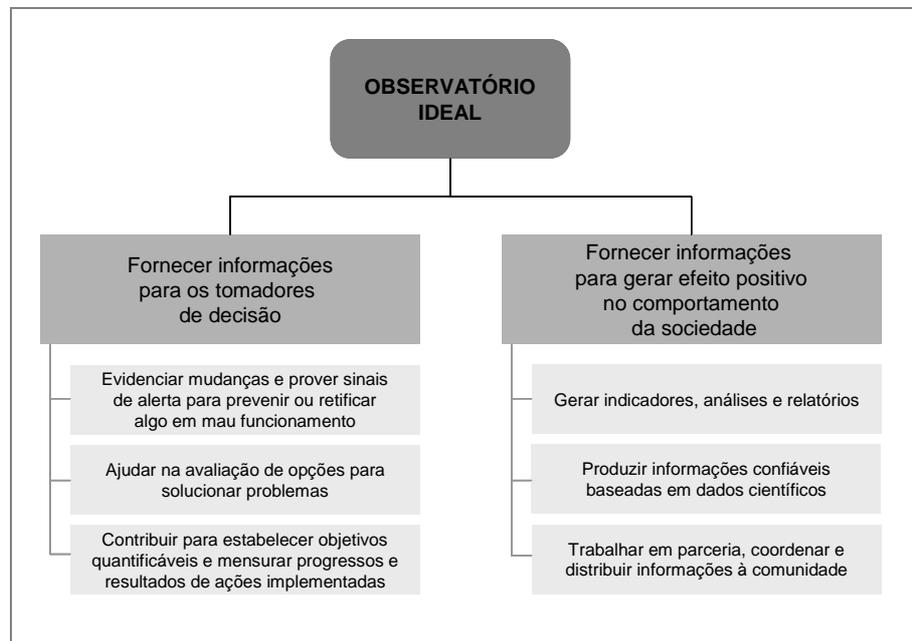
- Monitorar o meio ambiente.
- Produzir e utilizar indicadores.
- Trabalhar com parceiros para coleta de dados e informações necessários para análises de meio ambiente e questões de desenvolvimento.
- Estruturar dados coletados em sistemas de informação, adaptando-os para a produção de novas informações (UNEP, 1999, p. 4).¹⁸

Ainda de acordo com a UNEP (1999), a atividade de relatar é uma das principais tarefas dos observatórios. É preciso, pois, reunir as informações disponíveis, examiná-las e produzir novas informações. Quanto ao uso de indicadores, é considerado como uma atividade central a fim de estruturar, organizar e promover a operação do observatório. O estabelecimento de parcerias com organizações que produzem dados deve ser levado em conta como ação fundamental para troca de informações. Finalmente, o desenvolvimento de um sistema de informações possibilitará a organização das informações coletadas (UNEP, 1999).

Para a formulação de políticas ambientais e de desenvolvimento, o observatório ideal, de acordo com a UNEP (1999), poderia atingir dois objetivos, apresentados na figura a seguir, compreendendo suas respectivas funções:

¹⁸ Tradução livre da autora deste trabalho.

Figura 3. Funções de um observatório ideal



Fonte: elaborada pela autora.

Como resultado da discussão sobre a estratégia de criação de uma rede de observatórios para a área ambiental, examinado no livro “*Cleaner and NSF's Environmental Observatories*”, são sugeridos os seguintes objetivos:

- desenvolvimento de novas tecnologias de monitoramento;
- manutenção de uma rotina de monitoramento que facilite a identificação de processos básicos e o desenvolvimento de novas teorias, modelagens e capacidade de realizar prognósticos, além de subsidiar um gerenciamento de processos de tomada de decisão;
- criação de um centro de excelência em monitoramento, análise de dados e simulação, que funcione como catalisador da evolução da pesquisa científica na área em questão.

Quanto à informação gerada pelos observatórios, Beuttenmuller (2007), com base em UNEP (1999), ressalta que essa informação

(i) deve ter credibilidade e produzir informação de qualidade (indicadores, análises críticas e diagnósticos) fundamentada por métodos científicos, sem, no entanto, se envolver na produção de dados primários, e servindo aos tomadores de decisão do setor público; (ii) deve ser resultado de um processo constante de funcionamento do observatório, o que exige apoio institucional consistente, aliado a determinado grau de independência institucional e funções bem definidas; (iii) deve ajudar o observatório a desempenhar um papel de catalisador, distribuindo informações ao seu público-alvo (BEUTTENMULLER, 2007, p. 60).

No campo específico da cultura, “um observatório, qualquer que seja o desenho institucional escolhido para o seu funcionamento, deverá coletar, organizar, sistematizar, tornar compreensíveis e difundir informações objetivas [...]” (ITAÚ CULTURAL, 2007, p. 22). O Observatório Itaú Cultural (2007) afirma que a difusão de informações é uma das esferas estratégicas de um observatório. Percebe-se, portanto, que as atividades de produção e disseminação de conhecimento têm papel de destaque entre as funções de um observatório.

2.4.2 *Evidências empíricas*

Para ajudar na construção de um conceito sobre observatório, serão apresentados alguns exemplos práticos. Assim, entre os observatórios analisados pela autora (vide Anexo II), foram escolhidos quatro deles, que pudessem oferecer exemplos de diferentes estruturas e objetivos: (i) Observatório das Metrôpoles, (ii) *Social Watch*, (iii) Observatório da Cidadania e (iv) Observatório de Favelas.

Observatório das Metrôpoles

O Observatório das Metrôpoles surgiu em 1992, da parceria entre o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a ONG Federação de Órgãos para a Assistência Social e

Educacional (FASE), recebendo o nome de Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2008). Em sua origem, o objetivo central desse organismo era a “construção de um instrumento sistemático de estudo, pesquisa, organização e difusão de conhecimentos sobre os novos modelos de políticas urbanas e gestão municipal, voltados para a promoção da cidadania e a justiça social na cidade” (SANTOS JÚNIOR, 2005, p. 4), com os seguintes objetivos específicos:

- a) traçar diagnósticos e políticas públicas que permitam a redução das enormes desigualdades sociais existentes na metrópole do Rio de Janeiro;
- b) conhecer, sistematizar e divulgar experiências de administração municipal que têm resultado em novos formatos de gestão da cidade na direção da melhoria das condições urbanas de vida;
- c) capacitar técnicos das prefeituras, universidades e ONGs para que possam se constituir em atores locais desses novos modelos de política pública;
- d) capacitar lideranças locais para a formulação e gestão de políticas urbanas que respondam não só às políticas comprometidas com o ideário de justiça social, mas também às novas exigências de eficiência administrativa e de redefinição do papel do setor público no Brasil;
- e) subsidiar os atores locais, governamentais e não-governamentais, na elaboração de projetos estratégicos orientados para objetivos e eixos críticos de ação que permitam a mobilização de recursos e forças sociais para a busca do desenvolvimento local a médio e longo prazos (SANTOS JÚNIOR, 2005, p. 4).

Inicialmente, os projetos de pesquisa e extensão universitária eram de responsabilidade do IPPUR/UFRJ e apoiados por órgãos de fomento à pesquisa, como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), enquanto que as atividades de capacitação, assessoria aos movimentos sociais e monitoramento de políticas públicas ficavam a cargo da FASE (SANTOS JÚNIOR, 2005).

O Observatório das Metrópoles tem origem no projeto “Avaliação da conjuntura social e do desempenho das políticas públicas na região metropolitana do Rio de Janeiro”, cujo objetivo era analisar as transformações do quadro de carências e desigualdades sociais naquela região do Rio de Janeiro ao longo da década de 1980, com base nos dados

desagregados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O projeto foi financiado pelo Banco Mundial/Prefeitura do Rio de Janeiro e possibilitou a constituição de uma parceria entre o IPPUR/UFRJ, o Programa de Urbanismo também da UFRJ e a FASE (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2008).

Em 1996, ampliou-se esse projeto com a concessão do financiamento da FINEP e, em 1997, transformou-se em Núcleo de Excelência integrante do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX/CNPq), expandindo sua atuação nas metrópoles de São Paulo e Belo Horizonte (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2008).

Atualmente, o Observatório é um grupo de pesquisa que trabalha na forma de uma rede, reunindo pesquisadores de instituições universitárias e dos setores governamental e não-governamental. O trabalho compreende 11 metrópoles e uma aglomeração urbana: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Belém e a aglomeração urbana de Maringá.

Em linhas gerais, a Rede Observatório das Metrôpoles desenvolve atividades de:

- pesquisas de âmbito nacional e local;
- capacitação de estudantes e técnicos municipais;
- capacitação de atores locais;
- monitoramento de políticas públicas;
- assessoria a movimentos populares, ONGs e prefeituras municipais (SANTOS JÚNIOR, 2005).

É importante salientar que o Observatório visa, em última instância, ao

desenvolvimento de pesquisas de aplicação imediata e que possam oferecer subsídios para intervenção na realidade (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2008).

Nas atividades de pesquisa, a atuação dessa rede ocorre em quatro grupos, a saber:

- Capital imobiliário-turístico e segregação residencial;
- Governança metropolitana, cidadania e cultura política;
- Governança metropolitana, cidadania e movimentos sociais;
- Desigualdades escolares e segregação residencial.

Apresentam como linhas de pesquisa desenvolvidas: (i) Metropolização, dinâmicas intrametropolitanas e o território nacional; (ii) Dimensão socioespacial da exclusão/integração nas metrópoles: estudos comparativos; (iii) Governança urbana, cidadania e gestão das metrópoles e (iv) Monitoramento da realidade metropolitana e desenvolvimento institucional (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2008).

Com relação às atividades de capacitação, são oferecidos cursos pelas instituições integrantes da rede, em nível de graduação, pós-graduação *lato sensu*, mestrado e doutorado, além dos cursos de (i) educação à distância, (ii) curso de capacitação de agentes sociais e conselheiros municipais e (iii) curso de capacitação sobre a construção e utilização das tipologias socioespaciais (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2008).

A rede Observatório das Metrópoles passou a integrar, em 2006, a rede internacional *Global Urban Observatory* (GUO), que articula vários observatórios locais distribuídos em todo o mundo, sob a coordenação do Programa HABITAT das Nações Unidas (BUENTMULLER, 2007).

Social Watch

Em março de 1995, foi realizado em Copenhage, Dinamarca, o *UN World Summit for Social Development* (WSSD), um evento que reuniu 117 chefes de estado, que se comprometeram com um programa de ação (*Summit Declaration and Action Programme*), com medidas políticas, econômicas e sociais para erradicar a pobreza.

Além de ser a primeira vez que a comunidade internacional se envolveu com esse tema, o evento tornou-se um marco nas relações entre as Nações Unidas e as ONGs.

Durante o evento, Max van den Berg, diretor da ONG Novib, anunciou a criação do *Social Watch*, que fora concebido em um encontro ocorrido no ano anterior. Com o objetivo de monitorar a implementação dos compromissos assumidos no âmbito internacional, o *Social Watch* criou o *Social Watch Programme of Action — 1996-1999* — que definiu os seguintes objetivos específicos: (i) publicar o *Social Watch Report* anualmente; (ii) disseminar informações relativas ao monitoramento realizado; (iii) promover atividades de suporte em níveis internacional, regional e nacional, estreitando relações e participando de eventos (SOCIAL WATCH, 2008).

Vale lembrar a principal preocupação do *Social Watch*: contribuir para o desenvolvimento social e a melhoria das condições das mulheres, observando o cumprimento dos compromissos do *World Summit for Social Development* e *World Conference on Women*.

O *Social Watch* tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento social e para a melhoria das condições das mulheres observando a realização do *World Summit for Social Development* e do *World Conference on Women Commitments*. Desde que aqueles compromissos não estão sendo cumpridos, o *Social Watch* visa a reforçar o movimento de cidadãos em níveis local, nacional e internacional, promovendo o

conceito de *accountability* no governo por meio de monitoramento (SOCIAL WATCH, 2008, s/p.).¹⁹

Desde 1996, publica-se anualmente o *Social Watch Report*, com indicadores qualitativos e quantitativos que buscam medir os avanços do *Social Summit*. Por considerar de crucial importância que o monitoramento aconteça em nível local, as ações do *Social Watch* são desenvolvidas por instituições em diversos países, sendo o Brasil representado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), por meio do Observatório da Cidadania.

Observatório da Cidadania

O Ibase é uma instituição sem fins lucrativos, criada em 1981, cuja missão é a “construção da democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã” (IBASE, 2008, s/p.).

As ações do Ibase têm como público-alvo: movimentos sociais populares; organizações comunitárias; agricultores familiares e trabalhadores sem terra; lideranças, grupos e entidades de cidadania ativa; escolas, estudantes e professores da rede pública de ensino fundamental e médio; estações de rádios comunitárias e experiências em comunicação alternativa; formadores de opinião nos meios de comunicação de massa; parlamentares e assessores; gestores de políticas públicas (IBASE, 2008).

No momento, os projetos em curso no Instituto são: (i) Alternativas democráticas à globalização; (ii) Democratização da cidade; (iii) Desenvolvimento e direitos; (iv) Economia solidária; (v) Fórum Social Mundial; (vi) Juventude, democracia e participação; (vii) Observatório da cidadania: direitos e diversidade; (viii)

¹⁹ Tradução livre da autora deste trabalho.

Responsabilidade social e ética nas organizações; (ix) Soberania e segurança alimentar e nutricional (IBASE, 2008).

O Observatório da Cidadania é a iniciativa brasileira criada para concretizar os objetivos do *Social Watch*. A sua atuação ocorre em duas linhas estratégicas: (i) Promoção de direitos e participação; (ii) Fortalecimento de militantes, lideranças e entidades (IBASE, 2008).

O Observatório nasceu da idéia de que o monitoramento deveria ocorrer nacionalmente, o que promoveria o diálogo entre a sociedade civil e o governo. Assim, com base no monitoramento de políticas públicas, buscava-se influenciar o debate público e os processos decisórios. Vale lembrar que o monitoramento é realizado por meio de textos produzidos por organizações da sociedade civil e os temas abordados estão sempre relacionados com políticas públicas de cunho social, desenvolvidas no Brasil e no exterior. Esses textos são publicados anualmente desde 1996, na forma de relatórios, e estão disponíveis de duas formas: são vendidos na forma impressa e podem ser consultados, gratuitamente, no portal do Ibase e do *Social Watch* (IBASE, 2008).

Além do monitoramento, o Observatório tem por objetivo também desenvolver campanhas públicas; realizar atividades de formação e capacitação; criar espaços de debate; desenvolver indicadores de cidadania; realizar pesquisas, análises de políticas e elaborar propostas de políticas públicas para a promoção da igualdade e garantia dos direitos. Entre as ações estratégicas estipuladas em 2007, a prioridade foi a de desenvolver metodologias para produzir indicadores de cidadania que pudessem refletir a situação da implementação dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais no País, e que fossem utilizados como instrumento de pressão e negociação de políticas públicas (IBASE, 2008).

Observatório de Favelas

O Observatório de Favelas do Rio de Janeiro (OF/RJ) foi criado em 2001, como um programa do Instituto de Estudos Trabalho e Sociedade (IETS) e com o apoio institucional da Fundação Ford. A partir de 2003, tornou-se uma organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

O Observatório intitula-se uma rede sociopedagógica, com uma perspectiva técnico-política. Seus principais coordenadores são moradores ou ex-moradores da periferia do Rio de Janeiro, e a equipe é composta por pesquisadores e estudantes vinculados a diferentes instituições acadêmicas e organizações comunitárias (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2008).

A OSCIP está estruturada nos seguintes núcleos: (1) Núcleo de Formação, Avaliação e Acompanhamento Carlos Nelson dos Santos, trabalhando na formação de lideranças populares com perfis técnicos e engajamento político, além de análise e acompanhamento de programas sociais; (2) Núcleo de Documentação e Informação Maria Amélia Belfort, com a sistematização, produção, análise e difusão de informações sobre os espaços populares e assessoria a grupos comunitários locais, no campo do diagnóstico social; (3) Núcleo de Violência e Direitos Humanos Luiz Cláudio Rodrigues, atuando na produção de estudos e intervenções no campo da violência urbana e dos direitos humanos; (4) Núcleo de Comunicação, com a produção crítica para registro e difusão de experiências e práticas cotidianas presentes nas comunidades populares (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2008).

A instituição atua nas áreas de políticas sociais, espaços populares, violência urbana e direitos humanos, como uma rede de formação de lideranças comunitárias; na produção de conhecimentos específicos sobre os espaços populares e na assessoria de ações

inovadoras nas favelas cariocas, de forma prioritária (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2008).

Apresenta como principais propósitos:

- Formação de quadros técnicos e políticos nas comunidades populares.
- Comunicação crítica para produção, registro e difusão de experiências e práticas cotidianas presentes nas comunidades populares.
- Sistematização e coleta de informações sobre os espaços populares.
- Elaboração de estudos e intervenções no campo da violência urbana e dos direitos humanos.
- Assessoria a grupos comunitários locais no campo do diagnóstico social.

2.4.3 Funções de um observatório

Em função da escassez de estudos sobre o tema, buscou-se, neste trabalho, além da utilização dos conceitos existentes, realizar uma análise das características dos observatórios estudados ou daquelas descritas por organismos internacionais.

Com base nos observatórios analisados, evidenciam-se as principais atribuições:

- pesquisa e coleta de dados;
- organização e armazenamento de dados;
- análise de dados;
- produção de indicadores;
- análise de tendências;
- reflexão e produção de conhecimento;

- monitoramento de políticas;
- disseminação de conhecimento;
- elaboração de propostas.

Em outra vertente, os observatórios têm atuado na capacitação de lideranças locais, assessoria a grupos comunitários e em atividades de pesquisa e produção de conhecimento voltado para a intervenção na realidade de comunidades locais, com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida da população, a exemplo do Observatório de Favelas.

Apesar de identificadas as áreas de atuação dos observatórios, o foco de análise e o escopo de trabalho irão determinar as atividades que serão desempenhadas por cada instituição.

No que se refere à pesquisa e coleta de dados, os integrantes de um observatório devem realizar uma ampla busca de informações que possam ser úteis para suas análises, procurando fontes de informações confiáveis e, quando possível, que forneçam informações atuais e de forma sistemática.

Com relação à produção de indicadores, dividem-se os autores. Enquanto alguns acreditam que essa não seja uma função do observatório, outros a consideram uma tarefa fundamental. Apesar da produção ou não de indicadores, “um observatório deve utilizar critérios científicos se almejar a credibilidade e a eficácia” (ITAÚ CULTURAL, 2007, p. 38). Segundo o *Itaú Cultural*, “a missão estatística do observatório deve se apoiar em pesquisas próprias, realizadas pelo órgão, e em dados interessantes provenientes de outros organismos, os quais passarão por novo tratamento em função do terreno particular de investigação” (ITAÚ CULTURAL, 2007, p. 41).

O monitoramento de políticas é uma atividade que pode não estar presente em todos os observatórios, mas constatou-se que está em boa parte deles. Conforme PAZ:

No Brasil, não há tradição de processos sistemáticos de monitoramento e avaliação, entretanto, observam-se avanços importantes nos últimos vinte anos, como, por exemplo, a construção de índices de medição das condições de vida, de níveis de exclusão/inclusão social, e de pobreza (PAZ, 2004, p. 4).

Há diferença entre as pesquisas realizadas pelos observatórios e as das universidades, de acordo com PAZ (2004), pois, no primeiro caso, busca-se o direcionamento para influenciar políticas públicas. A atividade de monitoramento, portanto, poderá contribuir para subsidiar a elaboração de tais políticas. Dessa forma, “[...] para se realizar em plenitude, um observatório deve ser capaz, por meio de suas funções de observação, de postular um certo número de questões relativas às políticas públicas, mas despercebidas por elas” (ITAÚ CULTURAL, 2007, p. 38).

3. METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada no estudo. Na seção 3.1, apresentam-se o objetivo final e os objetivos intermediários; na seção seguinte, o método e o tipo da pesquisa; na seção 3.3, descreve-se como foi realizada a coleta de dados e, por fim, são apresentadas as limitações do estudo.

3.1 Objetivos da pesquisa

Como já foi dito, é importante destacar a participação da pesquisadora como coordenadora executiva no Observatório de Inovação Social do Turismo, da EBAPE/FGV, o qual foi estudo de caso deste trabalho. Com o envolvimento da pesquisadora no projeto do Observatório, surgiu um forte interesse em estudar o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes. Por outro lado, em função de sua formação acadêmica e experiência profissional, surgiu a opção de estudar o tema específico da exploração sexual associada ao turismo, a fim de entender como o setor de turismo pode auxiliar no enfrentamento dessa problemática.

Dessa forma, definiu-se como objetivo final do estudo o de analisar de que maneira o Observatório de Inovação Social do Turismo, até o momento, contribuiu para a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes associada ao turismo. Para atender a esse objetivo principal, foram estabelecidos os seguintes objetivos intermediários:

- Identificar os objetivos e a estrutura organizacional de um observatório.
- Caracterizar o Observatório de Inovação Social do Turismo.
- Apresentar os resultados do Observatório de Inovação Social do Turismo.

3.2 Tipo de pesquisa

A pesquisa qualitativa é considerada uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social (RICHARDSON, 1999). A abordagem qualitativa, segundo Deslandes e Gomes (2004), reconhece a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, entre o sujeito e o objeto, e uma postura não neutra do sujeito-observador, que interpreta e atribui significado aos fenômenos.

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 1999, p. 80).

Segundo Richardson (1999), de maneira geral, os estudos que utilizam uma análise qualitativa, têm como objeto situações complexas ou estritamente particulares. “Considerando a pesquisa qualitativa a partir do campo das ciências sociais, constatamos que esta abordagem costuma ter como foco de estudo as instituições, os grupos, os movimentos sociais e o conjunto de interações pessoais” (DESLANDES e GOMES, 2004, p. 104), como é o caso do Observatório.

Com relação à estratégia de pesquisa, foi adotado o método de estudo de caso. Tal método se mostrou bastante adequado em função da participação da pesquisadora no projeto e, conseqüentemente, pela facilidade de acesso às informações.

O estudo de caso, segundo Becker (1993), tornou-se uma das principais modalidades de análise das ciências sociais. São utilizadas estratégias de investigação qualitativa para “descrever e analisar o contexto, as relações e as percepções a respeito da situação, fenômeno ou episódio em questão” (MINAYO, 2006, p. 164).

Os estudos de caso são utilizados principalmente na área de administração e de avaliação social, tendo aplicações bastante funcionais, como (1) compreender o impacto de determinadas políticas numa realidade concreta; (2) descrever um contexto no qual será aplicada determinada intervenção; (3) avaliar processos e resultados de propostas pedagógicas ou administrativas e (4) explorar situações em que intervenções determinadas não trouxeram resultados previstos (MINAYO, 2006, p. 164).

Minayo (2006) destaca ainda:

Metodologicamente, os estudos de caso evidenciam ligações causais entre intervenções e situações da vida real; o contexto em que uma ação ou intervenção ocorreu ou ocorre; o rumo de um processo em curso e maneiras de interpretá-lo; o sentido e a relevância de algumas situações-chave nos resultados de uma intervenção (MINAYO, 2006, p. 164).

De acordo com Vergara (2006), o estudo de caso tem caráter de profundidade e detalhamento, e circunscreve-se a uma ou poucas unidades de análise. Nesta pesquisa, a unidade de análise é o Observatório de Inovação Social do Turismo.

3.3 Coleta e análise de dados

Para compor o referencial teórico, realizaram-se consultas a livros, artigos, dissertações, relatórios de instituições, planos e programas de governo e legislação pertinente (constitucional e infraconstitucional). A *internet* foi uma valiosa fonte de consulta, já que, pela escassez de dados, recorreu-se às informações contidas nos *sites* de instituições do setor governamental, de organismos internacionais, ONGs, entre outros. Além disso, muitos relatórios de pesquisa e até livros e artigos encontram-se disponíveis na *internet*. Após a leitura e análise interpretativa segundo o referencial teórico deste estudo, os textos foram categorizados de acordo com o tema principal e relacionados com as seções do capítulo 2 deste trabalho.

A pesquisadora também obteve dados primários por meio de contatos estabelecidos por telefone e *e-mail* com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH).

Para a realização do estudo de caso, fez uso da observação participante, método assinalado por Becker (1993). No caso deste estudo, a observação foi ativa e constante, já que a pesquisadora acompanhou o Observatório desde o início de sua criação, em junho de 2006, quando a Fundação Getulio Vargas e o Ministério do Turismo começaram a realizar o desenho do projeto, participou do ingresso da *Childhood* Brasil como parceira, da escolha de coordenadores e temas, de todas as reuniões com o MTur, com a *Childhood* e com os demais integrantes do grupo de trabalho, além de ter realizado a interlocução direta com os coordenadores e pesquisadores de cada cidade durante todo o projeto.

A fim de captar o máximo de detalhes sobre o Observatório, recorreu também a dados primários presentes no plano de trabalho, relatório parcial e final do projeto, além das atas de reuniões e de documentos do Ministério do Turismo e da *Childhood* Brasil.

O conceito de observatório, obtido com base na revisão bibliográfica sobre o tema, foi, durante as análises, comparado ao desenvolvido na prática pelo Observatório de Inovação Social do Turismo.

Após essas etapas, ocorreu a leitura de todo o material produzido pelo Observatório de Inovação Social do Turismo: (i) os quatro artigos publicados no *XII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*; (ii) o livro “Prêmio Responsabilidade Social em Turismo: experiências premiadas”; (iii) os artigos e estudos de caso que compõem o livro “Observatório de Inovação Social do Turismo: reflexões e práticas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes”; e (iv) a matriz de metadados.

Efetuiu-se a análise sobre as contribuições do Observatório para a erradicação da exploração sexual infanto-juvenil no turismo por meio da comparação dos resultados do

Observatório com o referencial teórico sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, com o referencial sobre observatório e com as diretrizes políticas e ações de prevenção e enfrentamento descritas na seção 2.3 deste estudo.

3.4 Limitações do estudo

Para a realização deste trabalho, uma das maiores dificuldades foi encontrar fontes sobre a temática da exploração sexual, principalmente aquela associada ao turismo. Muitos textos são relatórios ou os próprios *sites* de instituições que tratam da questão. A maior parte dos autores consultados que tratam do tema, de maneira geral, é da área de sociologia ou psicologia, uma evidência de que o tema ainda é pouco explorado no meio acadêmico. Quando envolve especificamente o turismo, são encontradas ainda menos fontes de consulta. Cabe salientar, no entanto, que há literatura sobre turismo sexual, mas são poucos os trabalhos que dissertam sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

Sobre o tema dos observatórios, a literatura é ainda mais escassa. As fontes encontradas, muitas vezes, apenas descrevem um determinado observatório, sua estrutura e seus objetivos, mas são poucos os textos que possuem conceitos. Por esse motivo, além da revisão bibliográfica, optou-se, neste trabalho, por basear-se também nas experiências de alguns observatórios, de maneira a auxiliar na construção de um conceito.

4. ESTUDO DE CASO: O OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO SOCIAL DO TURISMO

4.1 Antecedentes

Antes de iniciar a apresentação do estudo de caso, será realizada uma descrição sobre as instituições que participaram da coordenação do Observatório, o que é importante para o entendimento dos princípios norteadores do projeto.

Fundação Getulio Vargas

Em 2002, por solicitação do então Ministério do Esporte e Turismo e do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), o Núcleo de Turismo da EBAPE-FGV elaborou um programa de ensino e pesquisa, denominado Observatório de Inovação do Turismo, que foi concebido em resposta à necessidade de desenvolver o pensamento estratégico para a atividade turística. O seu objetivo inicial era identificar as tendências do turismo internacional e aproximá-las da realidade brasileira, fomentando a discussão acadêmica e difundindo o conhecimento gerado com base nesses estudos.

No ano seguinte, o recém-criado Ministério do Turismo e a EMBRATUR mantiveram o apoio ao projeto. Em 2004, a Confederação Nacional do Comércio (CNC), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) juntaram-se ao programa, incentivando sua continuidade. Embora mantendo o seu objetivo inicial, um novo desafio foi então colocado: o de propor soluções que contribuíssem para o desenvolvimento do turismo no País. A produção acadêmica realizada pelos professores e alunos do Observatório vem sendo publicada, no Brasil e

no exterior, já tendo gerado três livros²⁰, possibilitando a difusão do conhecimento entre profissionais e acadêmicos (CARVALHO e BARBOSA, 2006).

Em função dos resultados alcançados pelo Observatório de Inovação do Turismo, o Ministério do Turismo solicitou à EBAPE-FGV, em 2006, a criação do Observatório de Inovação Social do Turismo, com o objetivo de produzir conhecimentos relevantes quanto às questões relacionadas com o turismo e seu impacto social.

Para desenvolver o Observatório, o Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS), da EBAPE/FGV uniu-se ao Núcleo de Turismo, da mesma escola. O Núcleo de Turismo, criado em 2003, contribui, pois, com sua experiência acadêmica, de pesquisa e consultoria na área de turismo, enquanto que o PEGS, criado em 1990, é uma das primeiras experiências acadêmicas voltadas para a temática de gestão social no Brasil, colaborando em projetos de pesquisa, ensino e cooperação técnica nesta área.

Ministério do Turismo

O Ministério do Turismo (MTur), atendendo ao chamado do presidente da república para combater a exploração sexual de crianças e adolescentes, criou, em 2004, o Programa Turismo Sustentável & Infância (TSI), em conformidade com as diretrizes do Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e também em consonância com ações de organismos internacionais, como a Organização Mundial do Turismo (OMT).

A missão do TSI é apoiar e desenvolver ações de proteção aos direitos da criança e do adolescente, contra a exploração sexual comercial e apresenta como objetivos:

²⁰ “Discussões e propostas para o turismo no Brasil: Observatório de Inovação do Turismo”, de Caio Luiz de Carvalho e Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (orgs.); “Gestão em turismo e hotelaria: experiências públicas e privadas”, de Luiz Gustavo Medeiros Barbosa e Deborah Moraes Zouain (orgs.); “Cidadania e desenvolvimento local”, de Fernando Guilherme Tenório (org.).

- transversalizar o tema nas diversas áreas e secretarias do Ministério do Turismo;
- esclarecer e fomentar no setor turístico a adoção da estratégia de Código de Conduta;
- fomentar a elaboração de instrumentais para a difusão da cultura de Turismo Sustentável e Infância;
- mobilizar permanentemente a sociedade para monitorar a adoção de práticas sustentáveis e o posicionamento do Brasil no exterior;
- incentivar programas de responsabilidade social para apoiar projetos ligados ao turismo destinados à promoção e proteção dos direitos da criança (MTur, 2007).

Para atingir esses objetivos, foram estabelecidas 29 ações, conforme mostra o quadro a seguir.

Quadro 2. Ações propostas pelo Programa Turismo Sustentável & Infância

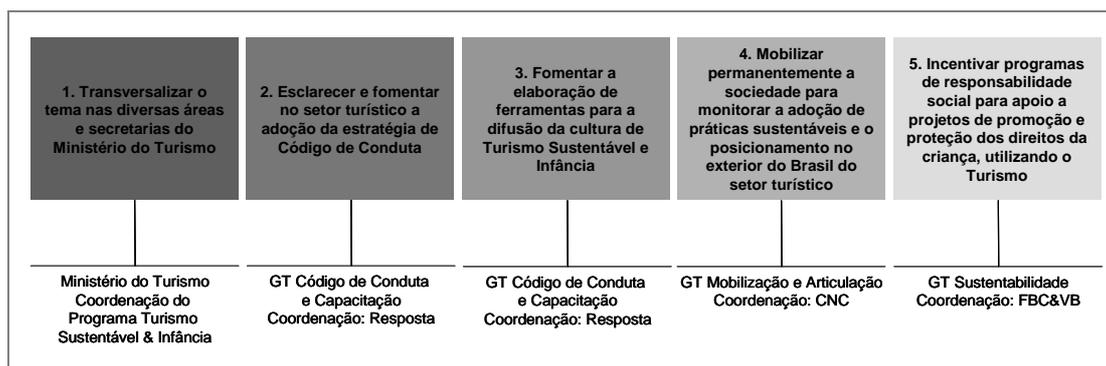
Objetivo	Ação proposta
1. Transversalizar o tema nas diversas áreas e secretarias do Ministério do Turismo	Promover capacitações internas para sensibilização
	Inclusão do tema no Plano de Ações do Ministério do Turismo
	Definir um calendário de encontros com os Secretários para inclusão do tema nas ações de cada secretaria
	Monitoramento e avaliação do processo
2. Esclarecer e fomentar, no setor turístico, a adoção da estratégia de Código de Conduta	Produzir material informativo com os diversos modelos de códigos de conduta disponíveis
	Promover seminários, eventos e pesquisas sobre metodologias e estratégias de códigos de conduta
	Acompanhar projetos-pilotos de implantação de códigos de conduta em entidades coletivas de turismo
	Promover avaliação de impacto de experiências de código de conduta
	Reconhecer as melhores iniciativas de códigos de conduta desenvolvidas no Brasil
	Analisar tecnicamente e apoiar novos projetos para implantação de códigos de conduta
	Difundir a estratégia nos estados e municípios
3. Fomentar a elaboração de ferramentas para a difusão da cultura de	Identificar necessidades do setor para a implantação de práticas sustentáveis
	Produzir manual de boas práticas e outros instrumentais necessários

Objetivo	Ação proposta
Turismo Sustentável e Infância (capacitação)	
4. Mobilizar permanentemente a sociedade para monitorar a adoção de práticas sustentáveis e o posicionamento no exterior do Brasil do setor turístico (marketing, campanha, relações nacionais e internacionais)	<i>Nacional</i>
	Avaliação de impacto da campanha passada
	Planejamento de participação em eventos, feiras, seminários, através da elaboração de cronograma, plano de participação e <i>marketing</i>
	Planejamento da nova fase da campanha para 2005
	Divulgação de resultados da campanha 2004
	Inclusão do logotipo do Turismo Sustentável & Infância na política de comunicação do MTur
	Criação de um portal
	<i>Internacional</i>
	Planejamento da participação em feiras e eventos internacionais
	Internacionalização da campanha para a América Latina
	Disponibilização da campanha para a OMT
	Monitoramento e fiscalização da promoção da imagem do turismo no exterior
	Utilização da marca para credenciar boas operadoras que trabalham com o mercado internacional
	5. Incentivar programas de responsabilidade social para apoio a projetos de promoção e proteção dos direitos da criança, utilizando o turismo
Mapeamento dos projetos sociais que atuam nas áreas mais afetadas pela exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no turismo	
Mobilizar o empresariado para apoiar projetos sociais de utilização do turismo para a proteção da infância em situação de risco	
Incentivar o empreendedorismo e o protagonismo (microcrédito)	
Promover a sustentabilidade do programa	

Fonte: elaborado pela autora.

Para implementar essas ações, além do Ministério do Turismo, foram definidos grupos de trabalho (GTs), coordenados pela ONG RESPOSTA — Responsabilidade Social Posta em Prática —, pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) e pela Federação Brasileira de *Convention & Visitors Bureaux* (FBC&VB), como revela a figura a seguir.

Figura 4. Coordenação das ações do TSI



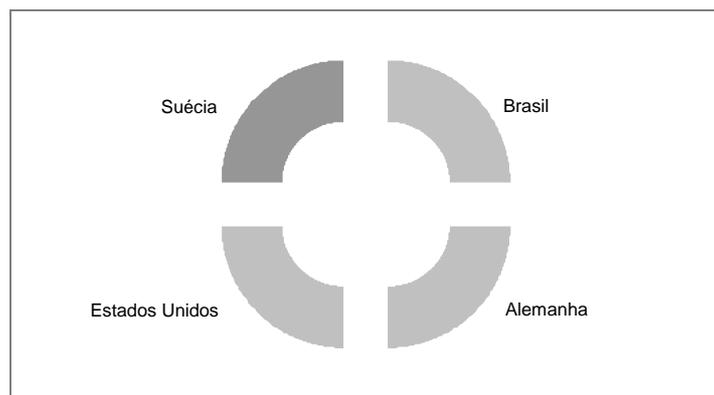
Fonte: elaborada pela autora.

Entre as ações empreendidas e divulgadas pelo MTur, estão: (i) o lançamento da campanha “Turismo Sustentável e Infância”, unificada para a América do Sul; (ii) a realização da Reunião de Ministros e Autoridades de Turismo dos Países da América do Sul; (iii) a realização de seminários denominados “Turismo Sustentável e Infância”; (iv) a participação nas duas edições do Fórum Mundial de Turismo; e (v) a criação do Observatório de Inovação Social do Turismo e do Prêmio de Responsabilidade Social em Turismo.

Childhood Brasil

A *Childhood Brasil* foi fundada em 2000, como braço brasileiro da *World Childhood Foundation*, que possui escritórios também na Suécia, na Alemanha e nos Estados Unidos. É uma organização sem fins lucrativos que tem como missão “promover e defender os direitos das crianças e adolescentes, desenvolvendo e apoiando programas que visem preservar a sua integridade física, psicológica e moral, e que tenham foco na questão da violência sexual” (*Childhood Brasil*, 2008).

Figura 5. World Childhood Foundation



Fonte: elaborada pela autora.

Divide-se a sua atuação em dois tipos de ações:

- Ações de impacto micro ou “projetos sementeiros”: capazes de gerar conhecimento e com potencial de adoção por outras instituições.
- Ações de impacto macro: “ações estratégicas” de mobilização da sociedade e influência sobre políticas públicas. Têm como linha mestra a disseminação de metodologias de êxito para outras regiões do País.

A ONG apóia e desenvolve programas com o objetivo de:

- Capacitar profissionais que têm um papel importante no desenvolvimento e na proteção de crianças e adolescentes, como educadores, representantes de Conselhos de Direitos e Tutelares, agentes públicos e comunitário.
- Mobilizar a sociedade, a fim de formar uma rede de proteção aos direitos da criança e do adolescente.
- Fortalecer a auto-estima de jovens em situação de risco, de forma que possam construir novos projetos de vida.

4.2 Descrição do caso

Em 2006, o Ministério do Turismo, motivado pela necessidade de realizar estudos que identificassem a situação da exploração sexual de crianças e adolescentes associada ao turismo, procurou o Núcleo de Turismo da EBAPE-FGV, para o desenvolvimento de um projeto, que foi chamado de Observatório de Inovação Social do Turismo. A idéia da criação de um observatório surgiu em função da experiência acumulada pelo Núcleo de Turismo na condução do Observatório de Inovação do Turismo e também porque a estrutura de um observatório se mostra adequada para trabalhar o tema da exploração sexual infanto-juvenil, pelo fato de o ambiente de discussões suplantar, pelo menos parcialmente, a escassez de literatura sobre o tema.

Como o estudo exigiria uma visão sobre gestão social, o Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS) da EBAPE-FGV integrou-se à coordenação do Observatório, em função de sua experiência no tema. Buscou-se ainda o apoio da *Childhood* Brasil, por sua atuação em projetos que visam à promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Dessa forma, foi então estabelecida a parceria entre a área acadêmica, representada pela EBAPE-FGV; o setor público, pelo Ministério do Turismo; e a organização sem fins lucrativos *Childhood* Brasil.

A coordenação geral do projeto ficou a cargo do professor Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (Núcleo de Turismo) e do professor Fernando Guilherme Tenório (PEGS), no Rio de Janeiro. A equipe do projeto foi formada também por Cristiane Rezende, como coordenadora executiva; Adriana Malamut, assistente executiva; Erick Lacerda e Fabíola Barros, como assistentes administrativos, além dos coordenadores locais e pesquisadores contratados, sobre os quais se falará mais adiante.

Em março de 2007, foi realizada uma reunião com os representantes do MTur, da FGV e da *Childhood* Brasil, na qual foi discutido e delimitado o escopo do Observatório. Os principais objetivos definidos foram:

- identificar a situação da exploração sexual de crianças e adolescentes associada ao turismo, nas cidades de Brasília, Manaus, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo;
- promover a discussão, sistematização conceitual e disseminação do tema;
- identificar e divulgar as experiências efetivas para a proteção dos direitos da criança e do adolescente sexualmente explorados.

Para alcançar esses propósitos, pretendeu-se: (i) estimular o debate entre os participantes do Observatório; (ii) produzir conhecimento científico orientado para a realidade e utilizando linguagem acessível; (iii) construir e disseminar base teórica, por meio de publicações; (iv) identificar experiências de organizações que desenvolvem ações socialmente responsáveis, relacionadas com prevenção e enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil; (v) divulgar as experiências de responsabilidade social selecionadas, que fossem representativas das boas práticas adotadas no contexto nacional; e (vi) estimular para que outras empresas adotassem ações de responsabilidade social voltadas para a proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Para o acompanhamento e a orientação das ações, decidiu-se que cada uma das instituições (MTur, FGV e *Childhood*) participaria do comitê de coordenação do projeto.

Estabelecidos os objetivos, foi criado o Prêmio Responsabilidade Social em Turismo, a fim de identificar as instituições que realizam projetos de prevenção e enfrentamento à

exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo e divulgar as experiências vencedoras do Prêmio por meio da publicação de um livro.

Compôs-se o Observatório de vinte pessoas, distribuídas em cinco grupos, tendo um coordenador e três pesquisadores por grupo (graduando, mestrando e representante de ONG). As exceções foram Brasília, que optou por trabalhar com três integrantes no total, e Rio de Janeiro, que trabalhou com cinco integrantes. Os grupos ficaram baseados nas cinco cidades mencionadas anteriormente, e cada um deles se dedicou a estudar a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes em sua cidade.

Quanto à participação de integrantes de ONGs, ressalte-se que o envolvimento desses pesquisadores foi importante por sua experiência em projetos que visam à proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, pela facilidade de acesso às comunidades que vivenciam o problema da exploração sexual de crianças e adolescentes e pela relação interinstitucional estabelecida entre MTur, FGV e organizações não-governamentais.

O MTur e a *Childhood* mostraram também interesse em que fosse realizado um maior envolvimento da academia com o tema. Dessa forma, a composição dos grupos também teve o objetivo de incentivar a participação, a reflexão e a produção acadêmica nos âmbitos de graduação e pós-graduação.

Vale ressaltar que, assim como preconizado por Buarque (2003), a universidade deve estabelecer vínculos com outras universidades e organizações. Desse modo, as pesquisas, que começaram em abril de 2007, foram desenvolvidas em quatro capitais brasileiras e no Distrito Federal, com a coordenação de professores de universidades localizadas em cada uma das cidades. No Rio de Janeiro e em São Paulo, a coordenação ficou a cargo de professores da FGV; em Salvador, da Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Brasília, da Universidade de Brasília (UnB) e, em Manaus, da

Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O quadro a seguir apresenta a constituição das equipes de trabalho.

Quadro 3. Constituição dos grupos de trabalho do Observatório

Cidade	Integrantes	Função	Instituição
Brasília	Anália Laura Soria Batista	Coordenadora	UnB
	Eliane Maria Reis Neves	Graduanda	UnB
	Thais Alves Moreira	ONG	CECRIA
Manaus	Valdeney Parente	Coordenadora	UFAM
	Michelle de Oliveira Mafra Souza	Mestranda	UFAM
	Valéria Martins da Silva Pinho	Graduanda	UFAM
	Romilda Cumaru	ONG	Agência UGA-UGA
Rio de Janeiro	José Luis de Abreu Dutra	Coordenador	FGV-EBAPE
	Thaísa Restani Veras	Mestranda	FGV-EBAPE
	Cristina Marins	Pós-graduanda	PUC-Rio
	Bernardo Pamplona	Graduando	FGV-EBAPE
	Flavio Lenz	ONG	Davida
Salvador	José Antônio Pinho	Coordenador	UFBA
	Aniele da Silva Marquez	Mestranda	UFBA
	Mônica Santana Santos	Graduanda	UFBA
	Ivã Coelho	ONG	ONG Safernet
São Paulo	Marco Teixeira	Coordenador	FGV-EAESP
	Marina Bitelman	Mestranda	FGV-EAESP
	Júlia Brandão	Graduanda	FGV-EAESP
	Ilza Valéria Moreira Jorge	ONG	Instituto <i>Sedes Sapientiae</i>

Fonte: elaborado pela autora.

Além dos pesquisadores que participaram de todas as etapas do Observatório, conforme quadro anterior, foi contratado também outro pesquisador, Glauco da Costa Knopp, para participação no Prêmio Responsabilidade Social em Turismo, na pesquisa com a Federação Brasileira de *Convention & Visitors Bureaux*, e para a elaboração de uma matriz de metadados.

Após a escolha dos coordenadores de cada cidade, elaborou-se o cronograma do Observatório e convocou-se uma reunião inaugural. O primeiro encontro, realizado em 2 de abril de 2007, destinou-se à apresentação do Programa Turismo Sustentável &

Infância e das diretrizes do Observatório.

Com o início das atividades, realizou-se a divulgação do Observatório no dia 16 de maio de 2007, em um evento na FGV, voltado para alunos de graduação, mestrado e doutorado: as “Quartas de pesquisa”. Essa iniciativa teve por fim sensibilizar e incentivar os alunos a pesquisarem o tema da exploração sexual infanto-juvenil. Com o objetivo de utilizar o alcance nacional da EBAPE/FGV para disseminar o projeto, o Observatório foi divulgado na Semana FGV, *newsletter*, direcionada a todos os funcionários e alunos da instituição, atingindo mais de vinte mil pessoas.

Criou-se também um *website*²¹ com a descrição do Observatório e as informações sobre as pesquisas em andamento, que será também utilizado para a divulgação dos resultados.

Com relação aos estudos realizados pela equipe do Observatório, ficou estabelecido que se executassem dois trabalhos por cada grupo: um artigo e um estudo de caso. O artigo teve a finalidade de gerar um diagnóstico sobre a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes nas cidades em que cada grupo ficou baseado, à exceção de Brasília, que realizou o estudo na região Centro-Oeste. Descreveram-se as características da localidade, os aspectos metodológicos e a base conceitual, as ações de prevenção e combate à exploração sexual executadas pelos governos estadual e municipal, por organizações não-governamentais e empresas ligadas ao setor de turismo.

A segunda parte da pesquisa objetivou identificar casos que pudessem refletir boas práticas em relação ao tema. Para isso, cada grupo realizou uma pesquisa exploratória, identificando organizações que executam trabalhos de proteção aos direitos da criança e

²¹ http://www.ebape.fgv.br/academico/asp/dsp_pe_oit_apresentacao.asp.

do adolescente, selecionando uma organização para um estudo mais aprofundado. Nesse estudo de caso, foi feita a descrição da organização; o relato da experiência, contendo objetivos, processo de implementação e ações; e avaliação da experiência. No caso de Brasília, o estudo de caso foi incorporado ao texto do artigo.

Além dos estudos de caso efetuados por cada equipe, adicionalmente realizou-se um sobre a Federação Brasileira de *Convention & Visitors Bureaux*, que atua nacionalmente.

Para o acompanhamento da produção dos estudos, foi definida a entrega de duas versões de cada trabalho. Assim, foi possível avaliar a primeira versão e fazer apontamentos que pudessem ser úteis para o aprimoramento da segunda.

Os artigos e estudos de caso serão publicados em um livro intitulado “Observatório de Inovação Social do Turismo: reflexões e práticas de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes”, que está no prelo.

Além dos trabalhos de responsabilidade da equipe do Observatório, o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes e os primeiros resultados do Observatório foram apresentados, em novembro de 2007, no XII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, em Santo Domingo, República Dominicana. O painel, organizado pelo Núcleo de Turismo e pelo Programa de Estudos em Gestão Social, contou com a participação de acadêmicos da Fundação Getúlio Vargas, de uma especialista no tema da exploração sexual de crianças e adolescentes, Fabiana Gorenstein, além do coordenador da equipe de São Paulo.

Foi também elaborada uma matriz de metadados com informações sobre fontes de pesquisa no tema da exploração sexual, e estão sendo realizadas monografias e dissertações a esse respeito.

4.3 Resultados alcançados

4.3.1 Apresentação de artigos em congresso

Para a apresentação do tema da exploração sexual de crianças e adolescentes e os primeiros resultados do Observatório, organizou-se um painel no CLAD, na área temática de desenvolvimento local, intitulado “Impactos sociais do turismo no desenvolvimento local: reflexão teórica, cooperação internacional e participação da sociedade civil na proteção dos direitos da criança e do adolescente”.²² Eis os trabalhos apresentados:

- A criação do Programa Turismo Sustentável & Infância do Ministério do Turismo do Brasil: o desafio do enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo. Autora: Fabiana Gorenstein.
- Observatório de Inovação Social do Turismo: o envolvimento da academia, governo e sociedade civil organizada no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo. Autores: Luiz Gustavo Medeiros Barbosa e Cristiane Rezende.
- A responsabilidade social das empresas ligadas ao turismo em relação ao combate da exploração sexual de crianças e adolescentes. Autores: Deborah Moraes Zouain e Carlyle Tadeu Falcão de Oliveira.

²² O resumo do painel consta no *website* do congresso: <http://www.clad.org.ve/congres.html>.

- Premiação e disseminação de práticas públicas: análise de casos e o potencial multiplicador do Prêmio de Responsabilidade Social em Turismo. Autor: Marco Antonio Carvalho Teixeira.

4.3.2 Livro “Prêmio Responsabilidade Social em Turismo: experiências premiadas”

O Prêmio foi instituído como uma iniciativa de alcance nacional com o objetivo de reconhecer, premiar e disseminar projetos ou experiências de empresas e organizações não-governamentais (ONGs) que contribuíssem para a prevenção e o combate da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo (BARBOSA , *et al.*, 2008).

Lançado em julho de 2007, o Prêmio recebeu inscrições de instituições de nove estados e do Distrito Federal. Em uma primeira etapa, selecionaram-se projetos e experiências cujos focos mais se adequavam aos objetivos do Prêmio. Numa segunda fase, solicitaram-se informações mais detalhadas acerca de projetos e experiências inscritos. Por fim, as instituições receberam a visita de pesquisadores do Observatório de Inovação Social do Turismo para coleta de informações, entrevistas com as instituições executoras e com os parceiros desses projetos, além da população local (BARBOSA , *et al.*, 2008).

Com os resultados obtidos nas pesquisas de campo, procedeu-se à elaboração dos estudos, de forma a disseminar as melhores práticas de prevenção e combate à exploração sexual infanto-juvenil associado ao turismo. Com base nos relatórios das pesquisas de campo, produzidos pelos pesquisadores do Observatório, organizou-se um livro, em versão impressa e digital, intitulado “Prêmio Responsabilidade Social em Turismo: experiências premiadas”, composto de três capítulos que versam sobre as experiências vencedoras do Prêmio:

- CIAF — Centro Integrado de Apoio Familiar. Código de conduta para a proteção de crianças da exploração sexual em viagens e turismo na cidade de Recife. Autora: Cristina Marins.
- RESPOSTA — Responsabilidade Social Posta em Prática. Código de conduta do turismo contra a exploração sexual infanto-juvenil no Rio Grande do Norte: uma RESPOSTA à sociedade. Autor: Glauco Knopp.
- Itaipu Binacional. Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente. Autora: Júlia Barbosa Brandão.

O primeiro capítulo descreve a atuação do Centro Integrado de Apoio Familiar, que, a partir de 2003, entre outras atividades, iniciou um importante projeto a fim de sensibilizar a sociedade local e capacitar agentes envolvidos no setor de turismo e hotelaria com o objetivo de coibir a exploração sexual de crianças e adolescentes (BARBOSA , *et al.*, 2008).

O segundo, sobre a ONG RESPOSTA, referente ao Código de conduta do turismo contra a exploração sexual infanto-juvenil, relata a atuação da ONG, também a partir de 2003, quando passou a administrar esse Código, o qual corresponde à primeira iniciativa dessa natureza realizada no Brasil e na América do Sul. Vale lembrar que a ONG também tem como missão promover os direitos da criança e do adolescente naquele estado, por meio da mobilização e articulação dos vários setores da sociedade, estimulando a adoção de práticas éticas e socialmente responsáveis (BARBOSA , *et al.*, 2008).

Por fim, o terceiro capítulo ressalta que, com o significativo incremento populacional registrado no município de Foz do Iguaçu, principalmente a partir da década de 1970, e

o não acompanhamento da ampliação da infra-estrutura local, agravaram-se diversos problemas, como violência, contrabando e exploração sexual. O artigo sobre o Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente, da Itaipu Binacional, que recebeu menção honrosa, identifica, pormenorizadamente, a experiência daquela empresa pública, em parceria com outras instituições, no enfrentamento do problema, bem como os resultados obtidos em anos recentes (BARBOSA , *et al.*, 2008).

4.3.3 Monografias e dissertações

Ao ingressar no Observatório, os mestrandos e graduandos iniciaram a elaboração de suas dissertações e monografias sobre o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes. O quadro a seguir apresenta os trabalhos que estão sendo executados por cada um dos participantes do Observatório:

Quadro 4. Monografias e dissertações

Cidade	Nome	Curso	Tema
Brasília	Eliane Maria Reis Neves	Graduação: Serviço Social	indefinido
Manaus	Michelle de Oliveira Mafra Souza	Mestrado: Desenvolvimento Regional	Uma proposta para o desenvolvimento sustentável do turismo na REDES do Tupé
	Valéria Martins da Silva Pinho	Graduação: Ciências Econômicas	indefinido
Rio de Janeiro	Tháisa Restani Veras	Mestrado: Administração Pública	Mecanismos para elaboração de uma política pública para erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes no chamado turismo sexual
	Bernardo Vaz	Graduação: Administração	indefinido
Salvador	Aniele da Silva Marquez	Mestrado: Administração	Entre discursos e denúncias: a "invisibilidade" de crianças e adolescentes no contexto do turismo sexual em Salvador, BA
	Mônica Santana Santos	Graduação: Secretariado Executivo	O engajamento da rede turística de Salvador nas atividades relacionadas com o enfrentamento da exploração sexual de

Cidade	Nome	Curso	Tema
			crianças e adolescentes.
São Paulo	Marina Farkas Bitelman	Mestrado: Administração Pública e Governo	A disseminação das políticas públicas de economia solidária no Brasil
	Júlia Barbosa Brandão	Graduação: Administração Pública	indefinido

Fonte: elaborado pela autora.

4.3.4 Matriz de metadados

Após a entrega dos trabalhos realizados por cada equipe, um pesquisador ficou responsável por consolidar as fontes de pesquisa utilizadas nos estudos, incorporar outras e criar um banco de fontes sobre o tema, o que foi chamado de matriz de metadados (vide Anexo III).

4.3.5 Livro “Observatório de Inovação Social do Turismo: reflexões e práticas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes”

Como já mencionado, os artigos e estudos de caso, elaborados pela equipe do Observatório, serão publicados em um livro que se encontra no prelo. Esses trabalhos, cujos temas estão organizados segundo a cidade da equipe que os realizou, serão apresentados resumidamente nesta seção.

Quadro 5. Trabalhos das equipes do Observatório

Cidade	Artigo	Estudo de caso
Brasília	Turismo e exploração sexual de crianças e adolescentes na região Centro-Oeste: Características da rede social de proteção	Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste (IBISS/CO) e Sindicato Intermunicipal dos Hotéis, Restaurantes, Bares, e Similares do Estado de Mato Grosso (SHRBS) ²³
Manaus	Estado da arte sobre turismo social e proteção a crianças e adolescentes contra a exploração sexual em Manaus	Atuação das ONG's em Manaus no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes: um estudo de caso (Casa Mamãe Margarida e Agência Uga-Uga de Comunicação)
Rio de Janeiro	O estado da arte: situação, ações, distorções e omissões na relação entre	Compromisso com a proteção de crianças e adolescentes: o caso da <i>Atlantica</i>

²³ Vale lembrar que este estudo de caso foi incorporado ao artigo elaborado pela equipe de Brasília.

Cidade	Artigo	Estudo de caso
	turismo e combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro	<i>International Hotels</i>
Salvador	Combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo em Salvador	Exploração sexual de crianças e adolescentes em Salvador: limites, restrições e possibilidades de ação do CEDECA-BA
São Paulo	Exploração sexual de crianças e adolescentes em São Paulo	Estudo de caso da <i>Freeway</i> Brasil

Fonte: elaborado pela autora.

Além dos estudos de caso realizados por cada equipe, adicionalmente foi incluído um sobre a Federação Brasileira de *Convention & Visitors Bureaux* do pesquisador Glauco da Costa Knopp.

➤ ***Região Centro-Oeste: turismo de pesca ou turismo sexual?***

A pesquisa sobre a região Centro-Oeste foi executada pela equipe de Brasília, composta por Analía Laura Soria Batista, Eliane Maria Reis Neves e Thais Alves Moreira. O grupo realizou um estudo exploratório, acessando livros, artigos, internet, além de contatos com especialistas da área.

No estudo, apresentaram-se os conceitos de exploração sexual, abuso sexual, turismo sexual e a rede de exploração sexual. Abordaram-se, a fim de contextualizar o problema, aspectos como a crise do trabalho, o trabalho forçado, o trabalho escravo, o trabalho informal e ilegal, além de dados do Disque Denúncia Nacional para o Brasil e estados da região Centro-Oeste.

Por meio do relato de casos de exploração sexual no Mato Grosso, deflagraram-se as situações específicas da região, como o aliciamento para as “chalanas do amor”, barcos que navegam no rio Paraguai com grupo de turistas, ou a exploração sexual no Mato Grosso do Sul, por turistas atraídos pelo turismo de pesca. Constatou-se, ainda, que as

agências de turismo estão envolvidas com a exploração sexual desde a venda dos pacotes, já que a prostituição é oferecida como parte da viagem (BATISTA, *et al.*, 2008).

Entre os aspectos que contribuem para a presença do fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, segundo o estudo, destacam-se: (i) as representações sociais sobre o turismo como lazer, que impõem ordem e disciplina aos indivíduos; (ii) os poderes e as hierarquias de gênero existentes na sociedade; e (iii) a presença de diferentes ordenamentos econômico-sociais, que coexistem, competem e conflitam entre si (BATISTA, *et al.*, 2008).

A escassez de respostas à pesquisa realizada pelo grupo na elaboração do artigo, demonstrou a existência de certa indiferença das empresas de turismo quanto ao tema. Os depoimentos de pessoas vinculadas à rede de proteção apontaram, igualmente, para a ausência de interesse do setor (BATISTA, *et al.*, 2008).

A pesquisa também abarca o mapeamento da rede de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, englobando defensorias públicas e defensorias públicas especializadas na infância e juventude, delegacias de proteção à criança e ao adolescente, promotorias da infância e da juventude, serviços de enfrentamento à violência, ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, programas municipais de atendimento, conselhos tutelares, conselhos de direitos e ONGs (BATISTA, *et al.*, 2008).

O estudo assinalou a necessidade de maiores investimentos em pesquisa e da regionalização dessa atividade, com a finalidade de obter elementos que permitam comparar as modalidades de exploração em diferentes contextos regionais e locais, visualizando aspectos comuns e peculiaridades do fenômeno que possam exigir

intervenções pontuais e singulares da rede de proteção. Para isso, o grupo ressalta que se espera maior engajamento das universidades, que são capazes de, com a produção de conhecimentos, orientar a elaboração de políticas públicas (BATISTA, *et al.*, 2008).

É ainda importante, segundo o trabalho, obter maior apoio e fortalecimento da rede de proteção social, além de que, por outro lado, se constitui, como fundamental, o fortalecimento econômico das populações vulneráveis (BATISTA, *et al.*, 2008).

➤ ***Manaus: proteção às crianças e aos adolescentes no Norte do País***

O trabalho desenvolvido pelo grupo de pesquisa de Manaus (Valdenei Parente, Michelle de Oliveira M. Souza, Romilda Cumarú e Valéria M. da Silva Pinho) caracterizou-se como uma pesquisa exploratória, realizada por meio de análise bibliográfica, além de sondagem e entrevistas com empresas de turismo.

O estudo mostrou um quadro geral das ações desenvolvidas por governos municipal e estadual, poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público do Amazonas, organizações não-governamentais e empresas do setor de turismo de Manaus.

Com relação ao contexto da área estudada, constatou-se, segundo o Instituto Brasileiro de Turismo — Embratur —, que o número de turistas estrangeiros em Manaus cresceu 20% no período de 2001 a 2006 (de 27.338 para 32.744 turistas) e que o turismo doméstico, por sua vez, teve um aumento de 72% no período compreendido entre 2001 e 2005 (de 450.366 para 775.090 turistas). Esses números revelam, portanto, o grande crescimento do turismo na cidade de Manaus (PARENTE, *et al.*, 2008a).

Analisando o outro lado da questão, verificou-se que Manaus se encontra na sétima posição no *ranking* dos municípios em número de denúncias de abuso e exploração sexual. Muito embora o grupo tenha constatado a escassez de estatísticas que

dimensionem o número de crianças e adolescentes explorados sexualmente no Brasil, analisou-se o número de denúncias para se ter uma idéia da grandeza do problema (PARENTE, *et al.*, 2008a).

Destacam-se algumas iniciativas, no âmbito nacional, importantes para a questão da exploração sexual infanto-juvenil, como: (i) a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito pelo Congresso Nacional em 1993; (ii) a realização da Conferência Metropolitana sobre a Prostituição Infanto-Juvenil Feminina e Políticas Públicas, em Salvador, no ano de 1994; (iii) a realização, em 1995, do Seminário sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil, em Brasília (PARENTE, *et al.*, 2008a).

É importante destacar que os conceitos de turismo sustentável, turismo sexual, turismo social, abuso, exploração, entre outros, formaram a base conceitual do estudo.

A prefeitura de Manaus, segundo a pesquisa feita pelo grupo, vem realizando planos, programas, projetos e atividades que visam ao enfrentamento à exploração sexual, entre eles:

- 1) Plano de Política de Turismo para Manaus;
- 2) Projeto Nova Ponta Negra;
- 3) Pacto de Manaus para o Enfrentamento ao Abuso, Exploração Sexual e Tráfico de Crianças e Adolescentes;
- 5) Lançamento da Ficha de Notificação de Maus-Tratos contra Crianças e Adolescentes;
- 6) Criação da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente e da Delegacia Especial da Mulher;

7) Criação das Subcomissões de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas secretarias municipal e estadual;

8) Realização de campanhas, palestras, oficinas, seminários.

Com relação à atuação do governo estadual, verificou-se a realização de ações de diversas secretarias. Além da participação em projetos federais, como o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (PAIR), o estado também presta apoio técnico aos municípios para a implantação do Centro de Referência Especializado da Assistência (CREAS), onde são desenvolvidos projetos, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). O governo do Amazonas é responsável ainda pela estruturação do Conselho Estadual de Direito da Criança e do Adolescente; e a Secretaria Estadual de Assistência Social coordena o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e o Projeto Cunhatã e Curumin (PARENTE, *et al.*, 2008a).

A criação do Código de Conduta do Turismo, em tramitação na Câmara Municipal de Manaus, é citada como uma ação do Poder Legislativo para combater a exploração sexual de crianças e adolescentes. Quanto ao Poder Judiciário, destacou-se a atuação do Juizado da Infância e da Juventude, e, em relação ao Ministério Público, relatou-se a atribuição de realizar intervenção judicial e participar de programas socioeducativos (PARENTE, *et al.*, 2008a).

Quanto à atuação do Terceiro Setor, citam-se as experiências de duas organizações não-governamentais: a Agência Uga-Uga de Comunicação e a Casa Mamãe Margarida. Com relação às empresas do setor de turismo, a pesquisa não identificou, em consulta às agências de viagens e aos meios de hospedagem, nenhuma ação de prevenção à exploração sexual (PARENTE, *et al.*, 2008a).

Por meio do estudo, identificou-se também a existência de uma rede de serviços de proteção à criança e ao adolescente contra a exploração sexual, composta de representantes dos governos municipal, estadual e federal, poderes Legislativo e Judiciário, além das ONGs.

A pesquisa realizada pela equipe de Manaus destaca, ainda, algumas dificuldades no enfrentamento à exploração sexual que devem ser observadas e conclui com sugestões que possam contribuir para a formulação de políticas públicas.

➤ ***Rio de Janeiro: ações e omissões na relação entre turismo e combate à exploração sexual***

O grupo do Rio de Janeiro, composto por José Luís Abreu Dutra, Bernardo Vaz, Cristina Marins, Flavio Lenz e Thaísa Restani Veras, utilizou, como metodologia para o trabalho, análises documental e bibliográfica, além de pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas com técnicos do Executivo municipal, legisladores, empresários de turismo, representantes da sociedade civil organizada, prostitutas.

Os conceitos de criança, adolescente, exploração sexual, prostituição, campanhas de sensibilização e mobilização social formaram a base conceitual do trabalho. O marco legal referente ao turismo e ao combate da exploração sexual de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro está fortemente presente no estudo.

Assim como outros grupos, a equipe do Rio de Janeiro utilizou-se de dados que mostram a importância do turismo para a cidade, além dos indicadores sociais, referências sobre o trabalho infantil, a população em situação de rua, a violência e denúncias de exploração sexual.

Pela pesquisa buscou-se compreender o olhar de diversos atores em relação à exploração sexual de crianças e adolescentes. Com relação ao setor de turismo, não se encontrou nenhuma atividade, de iniciativa pública ou privada, de resistência à exploração sexual infanto-juvenil. Além disso, verificou-se uma visão muito superficial, entre os empresários de turismo entrevistados, sobre as ações que as empresas ligadas ao turismo possam desenvolver. Acreditam eles que o Poder Público detém essa responsabilidade e, dessa forma, as suas sugestões para a atuação do setor de turismo no enfrentamento da exploração sexual restringem-se à realização de palestras e campanhas publicitárias (DUTRA, *et al.*, 2008).

Identificou-se também que, no Rio de Janeiro, as iniciativas de proteção ficam a cargo das secretarias municipais voltadas à assistência social. O combate à exploração sexual de crianças e adolescentes acontece, de forma mais enfática, por meio de ações policiais, revelando, segundo a análise da equipe, pouca capacidade ou vontade política de ir além das ações de repressão (DUTRA, *et al.*, 2008).

A representação de moradores de Copacabana, de acordo com a pesquisa, preocupa-se mais com a existência da prostituição do que com o envolvimento de crianças e adolescentes nessa prática, o que demonstra um maior interesse pela defesa da imagem do bairro (DUTRA, *et al.*, 2008).

Cabe ressaltar que não foi verificado nenhum tipo de articulação entre empresas, Poder Público e representantes da sociedade civil. O trabalho da equipe do Rio de Janeiro contemplou a indicação de algumas ações que possam contribuir para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes (DUTRA, *et al.*, 2008).

➤ *Salvador: o Nordeste ainda como foco da exploração sexual de crianças e adolescentes*

Em seu trabalho, o grupo de Salvador (José Antônio Pinho, Aniele da Silva Marquez, Ivã Coelho e Mônica Santana Santos) adotou como metodologia as seguintes atividades: (i) pesquisa bibliográfica; (ii) consulta a documentos em instituições governamentais e não-governamentais que lidam com a temática; e (iii) entrevistas com profissionais que trabalham no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), no Centro Humanitário de Apoio à Mulher (CHAME), no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e no Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A seguir, apresentam-se, resumidamente, os resultados desse estudo.

Na base conceitual do trabalho, registram-se definições de violência sexual, exploração e turismo sexual. Para o entendimento da área em estudo, o grupo realizou um apanhado de dados sobre a cidade de Salvador, identificando situações que ajudam a entender a sua condição socioeconômica.

É importante destacar que os dados apresentados são preocupantes, especialmente porque se constata que os países mais procurados para crimes de exploração sexual são aqueles que apresentam maiores níveis de pobreza e desigualdade. Aliado a isso, verifica-se o potencial para a atração de turistas à cidade de Salvador (PINHO, *et al.*, 2008a).

Especificamente em relação à violência contra crianças e adolescentes, alguns dados consolidados pelo CEDECA ilustram a situação em Salvador. São informações sobre registros de violência sexual, da Delegacia Especializada de Repressão a Crimes contra a Criança e o Adolescente (DERCA); sobre denúncias de pornografia e atendimento a

crianças e adolescentes, do CEDECA/BA; sobre os principais pontos de incidência de exploração sexual em Salvador, também do CEDECA-BA; sobre atendimentos da Secretaria de Segurança Pública/SSP-BA e do Programa Sentinela (PINHO, *et al.*, 2008a).

A equipe de Salvador buscou identificar as causas do problema da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo e destacou três fatores: (i) pobreza; (ii) violência e família; (iii) questão étnica e sexualidade. Essa reflexão, baseada em depoimentos de profissionais que trabalham com essa realidade, traz uma importante contribuição (PINHO, *et al.*, 2008a).

Discute-se como enfrentar o problema, por meio de reflexões que analisam abordagens para a intervenção, como cessão de bolsas, a oferta de educação, emprego ou a “busca ativa”²⁴, e, ainda, o papel da família, do Estado, da sociedade (PINHO, *et al.*, 2008a).

Identificaram-se também quais instituições atuam na prevenção e no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes:

- Ministério Público do estado da Bahia;
- Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes;
- Secretaria de Segurança Pública da Bahia;
- Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) e Delegacia de Repressão aos Crimes contra Crianças e Adolescentes (DERCCA);
- Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos;

- Conselho Tutelar;
- Casa de Oxum;
- Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC);
- CEDECA;
- Centro Humanitário de Apoio à Mulher (CHAME);
- Bahiatursa;
- Emtursa.

➤ ***São Paulo: grande cidade, grandes problemas e desafios***

A equipe de São Paulo contou com a participação de Marco Antonio Carvalho Teixeira, Ilza Valéria Jorge, Júlia Barbosa Brandão e Marina Farkas Bitelman e realizou pesquisa bibliográfica, com consulta a livros, artigos e à legislação.

No trabalho da equipe, observam-se indicadores sociais do município de São Paulo, como a composição da população por sexo e por idade, a porcentagem de domicílios servidos por rede de água, taxa de mortalidade infantil. Identificaram-se, também, a infra-estrutura turística da cidade e o número de turistas nacionais e internacionais que visitam São Paulo.

O marco teórico tem por base o tema dos direitos das crianças e dos adolescentes, ancorados na Constituição Federal de 1988, que trata especificamente da questão da exploração sexual de crianças e adolescentes, e no Estatuto da Criança e do Adolescente, que inclui medidas socioeducativas, rejeitando práticas de assistencialismo tradicional (TEIXEIRA, *et al.*, 2008b).

Os dados sobre denúncias de exploração sexual infanto-juvenil²⁴ apontam que é, na região Sudeste, que elas se concentram e que cerca de 50% são feitas no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (TEIXEIRA, *et al.*, 2008b).

Com relação às ações realizadas em São Paulo, destacam-se:

- Programa de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Criança e Adolescente, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), que atua por meio de cinco Centros de Referências que recebem recursos do Programa Sentinela, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).
- Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração contra Crianças e Adolescentes, também coordenada pela SMADS, que faz parte do programa municipal “São Paulo Protege suas Crianças” cujo papel é estimular a capacitação de profissionais, sensibilizar todos os setores da sociedade, receber e encaminhar denúncias e reclamações e promover a integração entre órgãos e entidades que tratam do tema.
- Entidades não-governamentais, como o Centro de Referência às Vítimas da Violência (CNRVV), que integra a Clínica Psicológica do Instituto *Sedes Sapientiae*, a *Childhood* Brasil.

Além das ações anteriormente mencionadas, o sistema de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, no município de São Paulo, complementa-se pelos seguintes programas, instituições e organizações: Programa Estadual de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (PROVITA/SP); Centro de Apoio a Vítimas de Crimes/SP

²⁴ A fonte para esses dados foi o Relatório de Abuso Sexual 2000-2003, produzido pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA).

(CEAV); 36 Conselhos Tutelares; Conselho Estadual de Direitos (CEDS); 15 Varas da Infância e Juventude (VIJs); Promotoria da Infância e Juventude (PIJ); Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude/Ministério Público (CAOIJ-MP); Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente/SP (CEDECA); Conselho Estadual da Mulher (CEM); Secretaria de Segurança Pública (SSP/SP) (TEIXEIRA, *et al.*, 2008b).

Quanto aos órgãos de investigação e responsabilização de casos relativos à exploração sexual de crianças e adolescentes, destacam-se: Equipes Especializadas de Investigação contra Crimes a Crianças e Adolescentes (ECCCA); Polícia Federal (PF); Polícia Rodoviária Federal (PRF); Delegacia Regional do Trabalho (DRT/SP); Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) e Vigilância Sanitária. Completam o sistema os seguintes programas de cooperações internacionais: Prevenção Orientada a Meninos e Meninas em Situação de Risco (POMMAR), com recursos e apoio de USAID/PARTNERS; Ações e Projetos Destinados a Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social e/ou em Situação de Violência Sexual (APVS), com recursos e apoio da *Childhood*; e o Programa de Medidas contra o Tráfico de Seres Humanos no Brasil (PMTSH), apoiado pelo escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODOC).

As conclusões do estudo confirmam a necessidade de realização de um amplo diagnóstico local, a fim de identificar a magnitude do problema. A equipe sugere também o estudo de iniciativas de sucesso nessa área. Além disso, ressalta a importância de se desenvolver um processo reflexivo que permita, além de propor novas alternativas, mobilizar o conjunto das forças sociais em torno dessa problemática (TEIXEIRA, *et al.*, 2008b).

➤ *Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste — IBISS/CO — e Sindicato Intermunicipal dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Mato Grosso — SHRBS*

Foram escolhidos, para o estudo de caso realizado pela equipe de Brasília, o Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste — IBISS/CO — e o Sindicato Intermunicipal dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Mato Grosso — SHRBS.

O IBISS/CO é uma organização não-governamental que tem como missão a defesa e a vivência dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Entre os projetos desenvolvidos por essa ONG, destacam-se os mais diretamente relacionados com a proteção das crianças e dos adolescentes explorados sexualmente, isto é, CESCA, Previna Galera, Direito de Ir e Vir, Acelerando Passos, Viva Menina, e Gente é pra Ser Feliz (BATISTA, *et al.*, 2008).

Por meio dos projetos mencionados, o IBISS/CO atinge os seguintes objetivos:

- Capacitar, articular, mobilizar, realizar pesquisa e desenvolver metodologia para a sensibilização e o fortalecimento das redes de enfrentamento à violência sexual cometida contra a criança e o adolescente.
- Desenvolver o protagonismo em crianças e adolescentes.
- Enfrentar o tráfico de seres humanos por meio de sensibilização e articulação de rede.
- Enfrentar a violência sexual por meio de mapeamento, abordagem e arte-educação; articulação e mobilização da rede de atenção dos direitos da criança e

do adolescente; pesquisa; sensibilização; capacitação e assessoria para educadores e gestores públicos.

Quanto ao SHRBS do Mato Grosso, realizaram-se campanhas de conscientização com mensagens estimulando a denúncia da exploração sexual de crianças e adolescentes e divulgando o Disque 100, impressas em 150 mil cartões telefônicos e em todas as faturas de energia elétrica do estado, durante o mês de maio de 2007 (BATISTA, *et al.*, 2008).

➤ ***Agência Uga-Uga de Comunicação e Casa Mamãe Margarida***

A equipe de Manaus utilizou as ONGs Uga-Uga e Casa Mamãe Margarida como estudos de caso e efetuou a coleta de informações por meio de entrevistas não-estruturadas, aplicadas aos dirigentes das ONGs, relatórios e outros documentos disponibilizados pelas instituições em estudo.

É interessante observar que as duas ONGs desenvolvem papéis complementares: enquanto a Uga-Uga trabalha com prevenção, sensibilização e mobilização, a Casa Mamãe Margarida atua no atendimento (PARENTE, *et al.*, 2008b).

A Uga-Uga age de forma preventiva, realizando projetos e atividades de sensibilização e mobilização em escolas, envolvendo professores e alunos das escolas públicas e de vários municípios do estado, bem como contribuindo com os governos municipais na elaboração de planos municipais de combate à violência sexual. Já a Mamãe Margarida tem como foco principal ações concretas de atendimento às crianças e aos adolescentes do sexo feminino, oferecendo abrigo e apoio socioeducativo às vítimas e também atividades educativas, artísticas, culturais, de saúde e lazer (PARENTE, *et al.*, 2008b).

➤ *Atlantica International Hotels*

Pela dificuldade em encontrar uma instituição na cidade do Rio de Janeiro que desenvolvesse ações que visassem à erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes, optou-se por utilizar a experiência da *Atlantica International Hotels* (AIH), que tem atuação em todo o País. Razões operacionais fizeram com que o relato dessa experiência fosse realizado pelo coordenador da equipe de São Paulo.

A *Atlantica* iniciou suas ações de responsabilidade social no ano de 2002 com o projeto Criança Feliz que, em 2004, foi interrompido após ser percebida a necessidade de construir-se uma iniciativa mais organizada e institucionalizada e que tivesse a capacidade de fazer com que todos os empreendimentos do grupo trabalhassem baseados em princípios comuns, com foco no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes (TEIXEIRA, 2008).

Dessa forma, a *Childhood* Brasil passou a ser parceira da AIH na construção de um programa menos assistencialista que envolvesse funcionários, clientes, fornecedores e investidores. Foram definidas, então, três estratégias, materializadas nas seguintes ações:

- implementação de um código de conduta corporativo;
- disseminação das ações a fim de mobilizar os mais diversos segmentos sociais por meio da utilização de diferentes meios de informação;
- arrecadação de recursos para apoio a projetos sociais, com foco em geração de renda (TEIXEIRA, 2008).

➤ ***Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (CEDECA–BA)***

A equipe de Salvador realizou uma pesquisa de caráter exploratório e de natureza qualitativa, por meio de análises bibliográfica e documental e de entrevistas com a utilização de questionários semi-estruturados. Além disso, foram feitas coletas de dados secundários e um trabalho de observação. O caso estudado foi o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente *Yves de Roussan* (CEDECA–BA), uma organização não-governamental que atua em diversas frentes no combate à violência contra crianças e adolescentes, em casos relacionados com crimes de homicídio, abuso ou exploração sexual (PINHO, *et al.*, 2008b).

O CEDECA-BA atua nos eixos de defesa e responsabilização, atendimento e mobilização. Por meio do Programa de Defesa e Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes, de responsabilidade da ONG, desenvolvem-se mecanismos asseguradores de proteção jurídico-social, de prevenção e de atendimento direto às crianças, aos adolescentes e a seus familiares em situação de violência sexual e homicídios (PINHO, *et al.*, 2008b).

➤ ***Freeway Brasil***

No estudo de caso da equipe de São Paulo, disserta-se sobre a experiência da operadora de turismo Freeway Brasil. Para a realização desse trabalho, foram desenvolvidas as seguintes etapas:

- mapeamento para identificar as experiências que abordavam a questão da exploração sexual no turismo em São Paulo;
- escolha da Freeway;

- contatos com a operadora;
- levantamento de dados;
- entrevistas com dirigentes e funcionários da empresa, com clientes e representantes de pousadas, hotéis e agências receptoras locais que lidam diretamente com a Freeway (TEIXEIRA, *et al.*, 2008a).

A Freeway realiza projetos de responsabilidade social, entre os quais está a Campanha contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil no Turismo cuja idéia de criação surgiu por iniciativa do diretor da empresa, Edgar Werblowsky, por ocasião de sua participação em um encontro da *Tour Operators Initiative for Sustainable Tourism Development (TOI)*, ocorrido em Paris, no ano de 2003 (TEIXEIRA, *et al.*, 2008a).

Com inspiração no Código de Conduta — *The Code* —, buscaram-se objetivos e estratégias norteadores da campanha a fim de envolver fornecedores, clientes, segmentos turísticos e toda a sociedade da seguinte forma:

- Fornecedores: com a adesão à campanha, por meio da assinatura de um termo de compromisso;
- Clientes: conscientizando-os e orientando-os, por meio de conversas e de material institucional, para que fiscalizem casos de exploração sexual nos destinos turísticos visitados;
- Segmento do turismo: sensibilizando todo o segmento quanto à sua co-responsabilidade a fim de que se busque a adesão de outras empresas à campanha;

- Sociedade: sensibilizando a sociedade, fomentando mudanças de comportamento, induzindo ações governamentais, envolvendo as comunidades, por meio de campanhas em feiras e divulgando matérias na imprensa.

➤ *Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux: Programa Turismo Sustentável & Infância (TSI)*

A Federação, como parceira do Ministério do Turismo no Programa Turismo Sustentável & Infância, desenvolveu atividades com o objetivo de sensibilizar os agentes que integram a cadeia produtiva do turismo para a proteção às crianças e aos adolescentes da exploração sexual (KNOPP, 2008).

Ocorreram ações de sensibilização, nos anos de 2006 e 2007, em todas as unidades da Federação e no Distrito Federal. Tais ações compreenderam a criação de material voltado para o setor turístico e a realização de seminários com o objetivo de obter a adesão de profissionais de turismo e formar multiplicadores (KNOPP, 2008).

A campanha “Brasil. Quem Ama Protege” foi uma das principais ações do Programa. Outra importante ação foi a realização do “Curso para Autoridades Nacionais de Turismo dos Países do Mercosul e Associados”, que ocorreu no III Fórum Mundial do Turismo, em 2006 (KNOPP, 2008).

Para a realização deste estudo de caso, um pesquisador do Observatório entrevistou pessoas que trabalham diretamente com o TSI. Dessa forma, tornou-se possível apresentar o detalhamento das ações desenvolvidas e ainda incluir os parceiros e os resultados quantitativos e qualitativos do Programa (KNOPP, 2008).

4.4 Análise das contribuições do Observatório de Inovação Social do Turismo à prevenção e ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes

Como já mencionado, o Observatório foi criado pela união do setor governamental, representado pelo Ministério do Turismo, da academia, representada pela FGV, e de uma organização sem fins lucrativos, a *Childhood* Brasil. Além disso, envolveram-se, nos grupos de pesquisa, representantes de ONGs atuantes em cada localidade. Assim, a própria concepção do Observatório representa a criação de um espaço para articulação entre governo, academia e Terceiro Setor, demonstrando um esforço desses setores em prol da defesa dos direitos da criança e do adolescente. A criação do Observatório atende ainda a um dos propósitos do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, em que é mencionada, no eixo “Mobilização e Articulação”²⁵, a importância da articulação para a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil.

Entre os principais objetivos de um observatório e, em especial, do Observatório de Inovação Social do Turismo, estão a produção e a disseminação de conhecimentos, os quais foram alcançados por meio da realização de pesquisas que resultaram na elaboração de um livro com três capítulos (resultado do Prêmio) e de outro, composto de dez capítulos (fruto dos estudos do Observatório). Além desses trabalhos, realizados pela equipe do Observatório, produziram-se mais quatro, apresentados em um congresso, uma matriz de metadados, e estão sendo elaboradas cinco monografias e cinco dissertações sobre o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes. Ressalte-se que a produção de conhecimento está alinhada ao eixo “Análise da

²⁵ “[...] tem por fim comprometer a sociedade civil no enfrentamento dessa problemática; fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais para o enfrentamento da violência sexual” (MJ, 2002, p. 14-15).

Situação”²⁶, do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, que visa a conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes.

A apresentação de artigos no *XII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública* é especialmente importante porque, por tratar-se de um congresso internacional na área de administração pública, possibilitou levar o tema à agenda acadêmica internacional. Esses trabalhos serão também publicados na próxima edição da *Revista Observatório de Inovação do Turismo*²⁷, em setembro de 2008.

A divulgação dos artigos elaborados para o CLAD foi a primeira iniciativa do Observatório de disseminação de conhecimentos. É importante ressaltar que, nos artigos, há informações sobre a criação do Programa Turismo Sustentável & Infância; sobre a articulação entre academia, governo e Terceiro Setor no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo; sobre a responsabilidade social de empresas ligadas ao turismo quanto ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes; e sobre a premiação e a disseminação de práticas públicas.

O Prêmio Responsabilidade Social em Turismo, um desdobramento do Observatório de Inovação Social do Turismo, identificou, reconheceu e premiou três experiências de enfrentamento à exploração sexual no turismo: a ONG RESPOSTA e o CIAF, com iniciativas de implementação de códigos de conduta, e a Itaipu Binacional, com a implementação do Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente.

²⁶ “Conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes em todo o país, o diagnóstico da situação do enfrentamento da problemática [...]”

²⁷ A *Revista Observatório de Inovação do Turismo* é uma publicação acadêmica que está disponível gratuitamente no seguinte endereço: <http://www.ebape.fgv.br/revistaoit>.

As experiências foram sistematizadas e publicadas em um livro, contribuindo, mais uma vez, para a produção e disseminação de conhecimentos. É importante destacar que a realização do Prêmio atende aos objetivos do TSI de incentivar programas de responsabilidade social de proteção aos direitos da criança, utilizando-se o turismo, e de esclarecer e fomentar, no setor turístico, a adoção de códigos de conduta por meio do reconhecimento de iniciativas que desenvolvam e implementem tais códigos²⁸.

Cabe salientar que encontrar exemplos de projetos relacionados com o setor de turismo foi tarefa difícil, o que denota o baixo engajamento do setor. Porém se espera que a divulgação desses casos possa contribuir para estimular outras instituições a adotarem iniciativas como essas.

A elaboração de trabalhos acadêmicos por estudantes de graduação e mestrado das cinco universidades envolvidas é também importante para a sensibilização e difusão do tema na academia, uma vez que servirá de estímulo à elaboração de outros estudos, gerando, portanto, um efeito multiplicador. Vale lembrar que, à medida que se produzem e se difundem conhecimentos, oferecem-se subsídios para uma futura intervenção.

A construção da matriz de metadados consolidou as fontes de pesquisa utilizadas nos estudos do Observatório e incorporou outras fontes. Dessa forma, contribui para a sistematização e disseminação de fontes de informação, um dos objetivos do Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual e também de um observatório.

Dos artigos do livro do Observatório, cinco deles apresentam estudos de caso de empresas e organizações não-governamentais que desenvolveram projetos na área. Após

²⁸ Objetivo n.º 5: incentivar programas de responsabilidade social para apoio a projetos de promoção e proteção dos direitos da criança, utilizando o turismo; Objetivo n.º 2: esclarecer e fomentar, no setor turístico, a adoção da estratégia de Código de Conduta.

a análise desses casos, os principais objetivos dos projetos de cada instituição foram associados aos eixos do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, a fim de entender a contribuição individual de tais projetos para a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 6. Contribuições dos estudos de caso do Observatório

Instituição	Eixo do Plano Nacional
IBISS/CO	Articulação, mobilização, sensibilização, pesquisa e protagonismo infanto-juvenil
SHRBS/MT	Ações de sensibilização e mobilização
Agência Uga-Uga	Sensibilização, mobilização e prevenção
Casa Mamãe Margarida	Atendimento
<i>Atlântica Hotels International:</i>	Sensibilização, mobilização e prevenção;
CEDECA-BA	Prevenção, defesa e responsabilização, atendimento e mobilização
<i>Freeway Brasil</i>	Sensibilização e mobilização
Federação Brasileira de <i>Convention & Visitors Bureaux</i>	Sensibilização

Fonte: elaborado pela autora.

Identificadas as áreas de atuação de cada instituição — estudo de caso do Observatório —, conclui-se que, ao desenvolver esses trabalhos, o Observatório identificou, sistematizou e publicou ações de prevenção e enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil, contribuindo para a disseminação de boas práticas de prevenção e enfrentamento da problemática e para o estímulo ao empreendimento de ações de responsabilidade social por outras instituições. Destaque-se, que a propagação de boas

práticas vai ao encontro dos objetivos do Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual²⁹.

Cabe ainda salientar que as experiências dessas instituições podem servir como referência para outras instituições que queiram desenvolver projetos que visem à erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Nos outros cinco artigos do livro do Observatório, os autores dissertam sobre a situação da exploração sexual de crianças e adolescentes associada ao turismo e realizam um diagnóstico em que estão presentes informações, como as características das localidades analisadas, as ações de prevenção e combate à exploração sexual executadas pelos governos estaduais e municipais, por organizações não-governamentais e empresas ligadas ao setor de turismo.

Em se tratando das características das localidades, nos estudos, abordou-se a situação socioeconômica identificando-se dados, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal³⁰ (IDH-M), o Índice de Gini³¹, a esperança de vida, a renda *per capita*, a desigualdade de renda, o desemprego, além de outros sobre a população em situação de rua e sobre o trabalho infanto-juvenil. Os trabalhos apresentam também importantes informações sobre analfabetismo, percentual de crianças fora da escola, taxa de frequência escolar e sobre crianças e adolescentes vítimas de violência.

²⁹ “A coordenação do Programa [de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual] também é responsável pela disseminação de boas práticas, pela sistematização de informações e pela promoção de campanhas de sensibilização e mobilização” (SEDH).

³⁰ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) — obtido pela média aritmética simples de três índices, referentes às dimensões Longevidade (IDHM-Longevidade), Educação (IDHM-Educação) e Renda (IDHM-Renda).

³¹ Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

Ao considerar-se que os países mais procurados para a exploração sexual são os países pobres, como mencionado na seção 4.3, esses dados socioeconômicos sobre as localidades estudadas são valiosos, pois auxiliam a compreensão sobre as causas da exploração sexual, como as condições de pobreza e exclusão social de parte da sociedade e, especificamente, das crianças e dos adolescentes, fatores que os vulnerabiliza à exploração sexual, como visto na seção 2.1.

Os estudos também apresentam reflexões sobre as causas da exploração sexual, dissertam sobre as redes de exploração sexual e sobre a forma com que o turismo interage com essa problemática. Tais reflexões são importantes na medida em que o entendimento desses aspectos pode subsidiar políticas públicas e medidas para prevenção e enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil.

Além dos coletados, compilaram-se dados de outras instituições, como denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes, denúncias de pornografia infanto-juvenil, número de atendimento de crianças e adolescentes, principais pontos de exploração sexual, homicídios de crianças e adolescentes, programas de atendimento de vítimas de violência sexual. A reunião de dados, um dos objetivos de um observatório, permite a sistematização das informações, importante para subsidiar a tomada de decisões.

A existência da exploração sexual associada ao turismo ratifica a afirmação, citada na seção 2.1, de que a exploração sexual se articula de acordo com a economia predominante no território. Os dados sobre o número de turistas, a renda gerada pelo turismo, entre outras informações presentes nos trabalhos, denotam a importância do turismo nas localidades estudadas e são informações importantes para o entendimento da questão.

Ainda com relação aos cinco primeiros capítulos, foram descritas ações desenvolvidas por prefeituras, governos estaduais, governo federal, secretarias de turismo e de outras pastas, entidades de turismo, Ministério Público, defensorias públicas e defensorias públicas especializadas, promotorias especializadas, delegacias especializadas, conselhos tutelares, conselhos de direitos e ONGs. A identificação das entidades que atuam no enfrentamento da problemática em cada localidade estudada é uma fonte de informações para a criação ou o fortalecimento de redes de prevenção. A identificação de planos, programas, projetos e ações de prevenção e enfrentamento da exploração sexual, por sua vez, é uma informação que auxilia a articulação de ações e subsidia a elaboração de políticas públicas.

Tendo o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes metas para articular instâncias e colaborar com o Poder Público³², enquanto que o Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual possui metas de integrar ações de diversas instâncias³³, o Observatório também contribui identificando, sistematizando e divulgando as informações sobre as ações desenvolvidas pelo setor governamental e não-governamental e sobre as entidades que atuam no enfrentamento da exploração sexual, mencionadas no parágrafo anterior, que são úteis para a articulação dessas instâncias e das ações desenvolvidas por elas.

O enfrentamento do problema da exploração sexual infanto-juvenil é trazido à discussão por meio das reflexões que analisam abordagens de intervenção, como a “busca ativa”,

³² “Metas prioritárias: (i) articular as instâncias regionais, estaduais e municipais para a formulação e a implementação dos Planos estaduais e municipais; (ii) colaborar com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no planejamento e na execução de ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes” (COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2006).

³³ “Uma das principais ações do Programa é a mobilização de redes com vistas a integrar um conjunto de programas e ações dos governos, organismos e agências internacionais, universidades e sociedade civil para que, de forma conjunta, sejam desenvolvidas e aplicadas metodologias de intervenção local capazes de desencadear respostas mais efetivas para a superação desta grave violação dos direitos de nossas crianças e adolescentes” (SEDH, 2007).

a cessão de bolsas e a oferta de educação e emprego. Discute-se, ainda, o papel do estado, da família e da sociedade na luta contra o problema. Essas reflexões são contribuições em que podem se basear propostas para a erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes, na medida em que são pensadas alternativas de intervenção e também sobre as atuações do estado, da família e da sociedade.

O Observatório contribuiu também ao identificar problemas que dificultam a implementação de ações de enfrentamento, como:

- Incipiente participação dos poderes executivos estadual e municipal, que se restringe a atos de mobilização pontuais realizados por meio de campanhas de conscientização.
- Falta de articulação entre Poder Público, empresas e sociedade civil.
- Ausência de mecanismos de acompanhamento e avaliação dos projetos e atividades executados.
- Precariedade das trocas de informações entre a rede de proteção à criança e ao adolescente.
- Falta de participação dos setores governamental e empresarial de turismo na rede de proteção à criança e ao adolescente.
- Necessidade da realização de ações integradas.

Surgiram também algumas sugestões que podem colaborar para a formulação de políticas públicas que visem à erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes:

- Promoção de estudos e elaboração de um banco de dados consistente sobre casos de exploração sexual de crianças e adolescentes, que permita embasamento para a formulação de políticas públicas.
- Inclusão do tema da exploração sexual de crianças e adolescentes em pesquisas socioeconômicas.
- Regionalização de pesquisas, com o objetivo de conseguir elementos para comparar as modalidades de exploração sexual.
- Obtenção de mais engajamento das universidades na produção, sistematização e divulgação de conhecimentos para orientar as políticas públicas.
- Apoio ao governo para desenvolver estudos sobre o tema, de modo a auxiliar a compreensão da questão e intervir de forma eficiente e eficaz.
- Avaliação de ações que objetivem a erradicação da exploração sexual infanto-juvenil, com vistas a seu aperfeiçoamento.
- Consolidação de parcerias entre governo, ONGs e setor privado para, em conjunto, agirem no combate à exploração sexual no turismo.
- Criação de lei específica sobre exploração sexual no turismo.
- Capacitação de empresários do setor de turismo no que se refere à questão da exploração de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro.
- Sensibilização da área acadêmica para a inserção do tema nas grades das faculdades de turismo, gerando debates e estudos.

- Sensibilização dos poderes públicos municipal e estadual, que trabalham com o turismo, para que se articulem com os órgãos que desenvolvem ações de combate à exploração de crianças e adolescentes.
- Adoção de medidas que inibam a entrada de hóspedes acompanhados de crianças que não sejam os pais.
- Realização de campanhas de conscientização sobre o tema.
- Criação de serviços de abrigo para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.
- Obtenção de engajamento da população vulnerável na atividade turística, proporcionando seu fortalecimento econômico.
- Investimento na educação de crianças e adolescentes.
- Desenvolvimento de projetos de inclusão social de crianças e adolescentes.
- Conquista de maior fiscalização e cumprimento das normas.
- Punição mais rigorosa de infratores.
- Fortalecimento da rede de proteção à criança e ao adolescente.

5. CONCLUSÕES

Objetivou este trabalho analisar de que maneira o Observatório de Inovação Social do Turismo contribuiu para a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes associada ao turismo. Para isso, revisou-se o referencial teórico pertinente e analisou-se o Observatório como estudo de caso.

Em relação ao referencial teórico, abordado no capítulo 2, foi especialmente importante para o desenvolvimento deste estudo a definição dos conceitos, o entendimento das categorias de violência e a distinção entre exploração sexual, abuso sexual e pedofilia. Com isso, foi possível embasar a compreensão de outros aspectos do fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes que são abordadas ao longo do trabalho, como as suas causas e a forma de atuação em redes de exploração. Entendendo esses fatores, fica também mais palatável compreender de que forma o setor turismo se articula com a exploração sexual, se insere na rede de exploração, como se pode favorecer a exploração sexual por meio do turismo e como proteger as crianças e os adolescentes da exploração sexual presente muitas vezes nessa área.

O marco legal, as políticas e as ações de prevenção e enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes mostram a trajetória do que já foi realizado e apontam os caminhos que podem ser percorridos.

Reforça-se o entendimento sobre o Observatório de Inovação Social do Turismo após a definição de um observatório e a identificação de suas características, estrutura e principais funções. A utilização de um observatório para estudar o tema da exploração sexual infanto-juvenil mostrou-se uma opção adequada, já que, por meio deles, se torna

possível pesquisar, produzir e disseminar o conhecimento e as informações sobre o tema, que ainda são escassos.

Com base em análises de resultados, conclui-se que o Observatório tornou-se um espaço em que se congregam esforços do governo, da academia e do Terceiro Setor e que propicia a conexão de pessoas — graduandos, pós-graduandos, mestrandos, representantes de ONGs e professores de quatro cidades brasileiras, além do Distrito Federal.

Além disso, identificaram-se e divulgaram-se experiências de instituições que desenvolvem ações socialmente responsáveis relacionadas com a prevenção e com o enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil. Com a disseminação dessas boas práticas, é possível, pois, estimular outras instituições a adotarem ações de responsabilidade social similares.

A sistematização conceitual, a produção e a propagação de conhecimentos sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes associada ao turismo concretizaram-se com a apresentação de trabalhos no CLAD, com a elaboração de monografias e dissertações, com a elaboração da matriz de metadados e com a publicação de livros — importantes contribuições, principalmente porque a falta de informação é uma das principais queixas de quem estuda ou trabalha com o tema.

O conhecimento na área da exploração sexual infanto-juvenil, específico do turismo, além de trazer contribuições teóricas, apresenta resultados de pesquisas exploratórias, com informações relativas às formas de cooperação para o enfrentamento da problemática. Assim, relatam-se os problemas identificados nas pesquisas e mostram-se sugestões.

Alguns desses resultados, por exemplo, demonstram a falta de iniciativas dos setores público e privado de turismo, voltadas para a exploração sexual de crianças e adolescentes. O pouco interesse pela questão por parte do setor de turismo também foi constatado nas pesquisas realizadas por três dos cinco grupos do Observatório, visto que o contato com empresários e organizações do setor teve um retorno bastante inexpressivo. Esse resultado serve de alerta para a necessidade de que se criem políticas públicas e ações visando à sensibilização do setor quanto às suas responsabilidades.

Vale lembrar que os resultados das pesquisas do Observatório também apontaram para a falta de esclarecimento do setor de turismo com relação às ações que poderiam ser empreendidas no enfrentamento da exploração sexual associada ao turismo. Acredita-se que tanto os estudos de caso, presentes no livro do Observatório, quanto as experiências premiadas, publicadas no livro do Prêmio, ajudem a sensibilizar os principais atores do setor de turismo, quanto às possibilidades de atuação, e estimulem-nos a adotar outros tipos de ação, na medida em que se apresentam exemplos de projetos que vão além de campanhas e seminários.

Cabe ressaltar que o conteúdo produzido pelo Observatório é original, pois os grupos não basearam seus estudos tão-somente em uma revisão bibliográfica. Dessa forma, o grupo de Brasília utilizou trechos de matérias jornalísticas sobre casos de exploração sexual na região Centro-Oeste, trazendo características específicas da exploração sexual daquela localidade, relacionada com o turismo de pesca. A equipe de Manaus realizou sondagem com agências de viagem e meios de hospedagem, além de entrevistas com gerentes de empresas de turismo. O grupo do Rio de Janeiro utilizou uma abordagem diferente, ao fazer entrevistas com prostitutas, representantes do Executivo municipal, legisladores, de empresários de turismo e da associação de moradores de Copacabana, conseguindo captar diferentes olhares sobre a questão da exploração sexual envolvendo

crianças e adolescentes. A equipe de Salvador fez entrevistas com representantes do CEDECA-BA, Sentinela, CHAME e PETI, que colaboraram muito com o relato de suas experiências. Além disso, todos os grupos contribuíram com a realização de um diagnóstico sobre a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes associada ao turismo nas localidades estudadas.

É importante compreender que, apesar dos resultados até agora alcançados pelo Observatório e mesmo tratando-se de um projeto em vigor há pouco mais de um ano, e que, por isso mesmo, está em fase de adaptação, há que se avançar. Portanto, algumas sugestões podem e devem ser feitas.

Com relação ao Prêmio Responsabilidade Social em Turismo, recomenda-se a ampliação de sua abrangência. Em função da complexidade da problemática da exploração sexual de crianças e adolescentes, acredita-se que seria importante identificar experiências de responsabilidade social de empresas, ONGs e também do setor público que não se restrinjam tão-somente ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, mas que também se relacionem com a análise da situação, a mobilização e a articulação, a prevenção, o atendimento, a defesa e a responsabilização e o protagonismo infanto-juvenil.

Após o esforço de sistematização e disseminação do tema, recomenda-se a realização de estudos sobre indicadores para avaliar políticas e monitorar a exploração sexual no turismo, que é um dos objetivos de um observatório. Essa seria uma importante contribuição do setor de turismo para a área de direitos da criança e do adolescente. Ressalte-se a importância dos indicadores no sentido de planejar, avaliar e monitorar políticas, estratégias, programas, metas ou ações.

A continuação de estudos é fundamental, por isso se sugere a parceria de profissionais das áreas de educação, saúde, assistência social, direito, entre outros, já que podem oferecer importantes informações sobre as suas áreas de atuação. É importante ressaltar que o enfrentamento do problema depende de ações intersetoriais e que é preciso apresentar alternativas de vida à criança e ao adolescente vulnerável, como oportunidades de educação e trabalho. Daí o envolvimento desses profissionais ser bastante relevante.

Além disso, seria importante a realização, pelo Observatório de Inovação Social do Turismo, de outros estudos sobre temas relacionados com o turismo e seu impacto social. Além da produção de conhecimentos importantes na área de turismo, os estudos, sem dúvida, contribuem para uma visão mais ampla acerca da questão da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Após a realização desse estudo, entende-se também a necessidade de se fazerem proposições de pesquisas futuras para o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, a saber:

- Análise da relação da exploração sexual com o turismo, com o enfoque na atividade econômica, já que a exploração sexual está relacionada com a economia preponderante no território.
- Exame da questão da exploração sexual de crianças e adolescentes sob a óptica do consumo e sua relação com o turismo, já que este setor foi destacado por atender às demandas consumistas mais imediatas.
- Avaliação de estudo sobre a pedofilia na internet e sua relação com a exploração sexual no turismo.

- Análise da rede de proteção da exploração sexual e sua relação com a cadeia produtiva do turismo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros; TENÓRIO, Fernando Guilherme; REZENDE, Cristiane (Orgs.). **Prêmio Responsabilidade Social em Turismo: experiências premiadas**. Brasília: Ministério do Turismo, Fundação Getulio Vargas e *Childhood* Brasil, 2008.

_____.; REZENDE, Cristiane. **Observatório de Inovação Social do Turismo: o envolvimento da academia, governo e sociedade civil organizada no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo**. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 12., Santo Domingo, 2007.

BATISTA Analía Soria; NEVES, Eliane Maria Reis; MOREIRA, Thais Alves. **Turismo e exploração sexual de crianças e adolescentes na região Centro-Oeste: características da rede social de proteção**. Trabalho não publicado.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BEUTTENMULLER, Gustavo. **Observatórios locais de políticas públicas no Brasil: seu papel na produção, disseminação e transparência das informações**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal: Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Glossário de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/guiaescolar/guiaescolar_p136_148.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2007.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protacao-social-especial/programa-sentinela-protacao-social-as-criancas-adolescentes-vitimas-de-violencia>>. Acesso em: 8 jun. 2007.

_____. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ). **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência**

Sexual Infanto-Juvenil. 3. ed. Brasília: SEDH/DCA, 2002.

_____. SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS (SEDH). **Apresentação do Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.** Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/spdca/exploracao__sexual>. Acesso em: 26 jul. 2007.

_____. MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). **Programa Turismo Sustentável & Infância.** Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/institucional/estrutura/arquivos_gabinete/turismo_sustentavel_infancia.html>. Acesso em: 12 maio 2007.

BUARQUE, Cristovam. **A universidade numa encruzilhada.** Trabalho apresentado na Conferência Mundial de Educação Superior, UNESCO, Paris, jun. 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001363/136394por.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2007.

CARVALHO, Caio Luiz de; BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros. **Discussões e propostas para o turismo no Brasil:** Observatório de Inovação do Turismo. Rio de Janeiro: Senac nacional, 2006.

CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE YVES DE ROUSSAN (CEDECA-BA). **Histórico de eventos e campanhas.** Disponível em: <<http://www.cedeca.org.br/pesquisas.php>>. Acesso em: 12 maio 2008.

CHILDHOOD BRASIL. Disponível em: <<http://www.wcf.org.br>>. Acesso em: 12 maio 2008.

COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil: uma política em movimento** - Relatório de Monitoramento 2003-2004. Brasília: 2006.

_____. Disponível em: <<http://www.comitenacional.org.br>>. Acesso em: 05 junho 2007.

COOPER, Chris; FLETCHER, John; WANHILL, Stephen; GILBERT, David; SHEPHERD, Rebecca. **Turismo:** princípios e práticas. Porto Alegre: Bookman, 2001.

COUTO, Rosalina. Impacto social do turismo: os impactos causados pela hotelaria nas comunidades locais. Estudo de caso: Complexo Costa do Sauípe. In: Barbosa, Luiz Gustavo Medeiros e Zouain, Deborah Moraes (Orgs.). **Gestão em turismo e hotelaria:** experiências públicas e privadas. São Paulo: Aleph, 2004.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. A pesquisa qualitativa nos serviços de saúde: notas teóricas. In: BOSI, M. L. M.; MERCADO, F. J. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa de serviços de saúde.** Petrópolis: Vozes, 2004.

DUTRA, José Luís Abreu, et. al. **O estado da arte:** situação, ações, distorções e omissões na

relação entre turismo e combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro. Trabalho não publicado.

FALEIROS, Eva T. Silveira; CAMPOS, Josete de Oliveira. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes**. Brasília: CECRIA, MJ-SEDH-DCA, FBB, UNICEF, 2000. Disponível em: ver *site*. Acesso em: 12 maio 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Dez anos de Estatuto da Criança e do Adolescente: avaliando resultados e projetando o futuro**. Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2000a.

FALEIROS, Vicente de Paula. Redes de exploração e abuso sexual e redes de proteção. In: PALMA e SILVA, Luiz A.; STANISCI, Silvia Andrade (Orgs.). **Para combater a violência: o papel da família e da assistência social na ação junto a crianças e adolescentes**. Brasília: MPAS/SEAS; São Paulo: FUNDAP, 2000b.

_____; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

FIGUEIREDO, Karina; BOSCHI, Shirley B. B. **Violência sexual: um fenômeno complexo**. Disponível em: <www.unicef.org/brazil/pt/Cap_03.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2008.

FLORES, Renato Zamora. Definir e medir o que são abusos sexuais. In: Leal, Maria Lúcia Pinto; CÉSAR, Maria Auxiliadora. **Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes – Relatório Final da Oficina**. Brasília: Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA), 1998.

GORENSTEIN, Fabiana. A criação do Programa Turismo Sustentável & Infância do Ministério do Turismo do Brasil: o desafio do enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 12., 2007, Santo Domingo.

GUERREIRO, Gabriela. Senado instala CPI para investigar pedofilia e elevar pena do crime. **Folha Online**, 25 mar. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u385670.shtml>>. Acesso em: 22 jun. 2008.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). Disponível em: <<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=2164>>. Acesso em: 15 fev. 2008.

ITAÚ CULTURAL. **Revista Observatório Itaú Cultural - OIC – n.º 1. jan./abr.** São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2007.

KNOPP, Glauco da Costa. **Federação Brasileira de Convention & Visitor Bureaux: Programa Turismo Sustentável e Infância.** Trabalho não publicado.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe (Relatório Final – Brasil).** 2. ed. Brasília: CECRIA, IIN, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE, 1999.

_____; LEAL, Maria de Fátima. **Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil: relatório nacional.** Brasília: Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA), 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2006.

MUNTARBHORN, Vitit. **General Rapporteur's report from 1st World Congress against CSEC.** Stockholm, Sweden, 1996. Disponível em: <<http://www.csecworldcongress.org/en/stockholm/Reports/index.htm>>. Acesso em: 8 jun. 2007.

MUNTARBHORN, Vitit. **General Rapporteur's report from 2nd World Congress against CSEC.** Yokohama, Japan, 20 December 2001. Disponível em: <<http://www.csecworldcongress.org/en/yokohama/index.htm>>. Acesso em: 8 jun. 2007.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetroles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=192>. Acesso em: 21 jan. 2008.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. Disponível em: <<http://www.observatoriodefavelas.org.br>>. Acesso em: 15 fev. 2008.

OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/index.cfm?cd_pagina=2686>. Acesso em: 15 fev. 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os direitos da criança.** Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php>. Acesso em: 29 abr. 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.** 2. ed. Brasília: OIT, 2006. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=253>>. Acesso em: 8 jun. 2007.

PARENTE, Valdenei de Melo, , *et. al.* **Estado da arte sobre turismo social e proteção a crianças e adolescentes contra a exploração sexual em Manaus.** Trabalho não publicado.

_____. **Atuação das ONGS em Manaus no combate à exploração sexual de crianças e**

adolescentes: um estudo de caso. Trabalho não publicado.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira da. **Observatório dos direitos do cidadão:** uma experiência de monitoramento de políticas públicas e de fortalecimento dos movimentos sociais da cidade de São Paulo. Coimbra: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004.

PINHO, José Antonio Gomes de, *et. al.* **Combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo em Salvador.** Trabalho não publicado.

_____. **Exploração sexual de crianças e adolescentes em Salvador:** limites, restrições e possibilidades de ação do CEDECA-BA. Trabalho não publicado.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSENO, Renato. Breves reflexões sobre as relações entre turismo, infância e juventude no Brasil. In: **TURISMO SOCIAL: diálogos do turismo – uma viagem de inclusão.** Rio de Janeiro: IBAM, 2006.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Práxis educativa e democracia participativa:** a experiência da Rede Observatório das Metrôpoles. Disponível em: <http://www.rebrip.org.br/noar/anexos/acervo/3_orlando_texto_semin%Elrio_fase_rls_-_dez_2004.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2008.

SILVA, Anamaria Santana da; SENNA, Ester; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães (Orgs.). **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins:** contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá-MS. Brasília: Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2005.

SOARES DO BEM, ARIM. **A dialética do turismo sexual.** Campinas, SP: Papirus, 2005.

SOCIAL WATCH. Disponível em: <<http://www.socialwatch.org>>. Acesso em: 15 fev. 2008.

STAEBLER, Martin. **Tourism and children in prostitution.** World Congress against Commercial Sexual Exploitation of Children. Disponível em: <<http://www.csecworldcongress.org/sp/stockholm/background/index.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2007.

TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. **Compromisso com a proteção de crianças e adolescentes:** o caso da Atlantica International Hotels. Trabalho não publicado.

_____, , *et. al.* **Estudo de Caso da Freeway Brasil.** Trabalho não publicado.

_____. **Exploração sexual de crianças e adolescentes em São Paulo.** Trabalho não publicado.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Experiências comparativas PNUD Honduras:** Observatórios de Desarrollo Humano. 2004. Disponível em: <http://www.undp.org/surfpanama/docs/observatorios_dh.doc>. Acesso em: 15 fev. 2008.

UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAM (UNEP). **Workshop on environment and development observatories in the mediterranean countries:** summary and conclusions. Tunis: UNEP, 1999. Tunis: UNEP. Disponível em: <<http://www.planbleu.org/publications/attunis99a.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VIVARTA, Veet (Coord.). **O grito dos inocentes:** meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Cortez, 2003.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (UNWTO). **Global Code of Ethics for Tourism.** Disponível em: <<http://www.planbleu.org/publications/attunis99a.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2007.

ZOUAIN, Deborah Moraes; OLIVEIRA, Carlyle Tadeu Falcão de. A responsabilidade social das empresas ligadas ao turismo em relação ao combate da exploração sexual de crianças e adolescentes. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 12., Santo Domingo, 2007.

ANEXO I

Quadro 7. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil

Objetivos	Ações Previstas	Metas
1. Identificar causas/fatores de vulnerabilidade e modalidades de violência sexual contra crianças e adolescentes	1.1 Realização de pesquisas quantitativas e qualitativas regionais/focais sobre a incidência, modalidades, causas/fatores da violência sexual: exploração sexual comercial (tráfico, turismo sexual, pornografia e prostituição) e abuso sexual familiar e extrafamiliar	<p>Realizar cinco pesquisas regionais sobre violência sexual (uma em cada região)</p> <p>Realizar cinco oficinas regionais com estudiosos do tema da violência sexual (universidades, institutos de pesquisa, núcleos e grupos de pesquisa)</p> <p>Realizar cinco pesquisas de identificação e caracterização do perfil dos abusadores e das redes de exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes, prioritariamente nos municípios de maior incidência</p> <p>Realizar cinco pesquisas, em municípios estratégicos, privilegiando o método do “estudo de caso” para compreensão da vulnerabilidade de crianças e adolescentes à violência sexual</p>
2. Diagnosticar a situação e as condições do enfrentamento da violência sexual pelo governo e ONGs	<p>2.1 Identificação das lacunas existentes no sistema de garantia de direitos, nas políticas sociais, na legislação, nas redes de enfrentamento e na metodologia de intervenção</p> <p>2.2 Levantamento da estrutura física e dos recursos técnicos e materiais existentes para a implementação e manutenção do sistema de garantia de direitos e da rede de serviços especializados para as vítimas da violência sexual</p>	<p>Realizar três oficinas com profissionais diretamente envolvidos com o enfrentamento da violência sexual, para levantamento de necessidades de investigação que aponte “desenhos de pesquisas” a serem realizadas</p> <p>Criar um canal direto de denúncias das falhas/lacunas nas políticas sociais e nas redes de serviços, em nível estadual</p> <p>Realizar cinco oficinas regionais para identificar lacunas no sistema de garantia de direitos e na legislação relativa à violência sexual</p> <p>Realizar um inventário nacional da infra-estrutura física e recursos técnicos e materiais necessários e disponíveis para implementação e manutenção do sistema de garantia de direitos e da rede de serviços especializados para o enfrentamento da violência sexual</p>
3. Proceder ao levantamento dos recursos financeiros	3.1 Levantamento das dotações orçamentárias, fundos e recursos financeiros, nos âmbitos nacional,	Inventariar, nos âmbitos nacional, estadual e municipal, os recursos financeiros destinados à execução do

Objetivos	Ações Previstas	Metas
necessários à execução do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e inventariar os existentes	estadual e municipal para o enfrentamento da violência sexual 3.2 Garantia de recursos orçamentários da união, estados e municípios e de outras fontes para a execução do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	Plano Nacional Divulgar, nos âmbitos nacional, estadual e municipal, as informações relativas aos recursos financeiros destinados à execução do Plano Nacional Denunciar, onde houver, insuficiência, cortes e desvios de recursos financeiros para o enfrentamento da violência sexual Monitorar os recursos orçamentários federais, estaduais e municipais destinados a programas de enfrentamento da violência sexual Informar e mobilizar a sociedade civil, a mídia e o Legislativo para a aprovação de recursos orçamentários destinados à execução do Plano Nacional Informar e mobilizar a sociedade para contribuir com os Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente Assessorar e articular os Fundos
4. Avaliar o Plano Nacional contra a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes	4.1 Criação de instrumentos de avaliação e de monitoramento do Plano Nacional 4.2 Avaliação dos resultados e obstáculos na execução do Plano Nacional	Realizar uma oficina nacional para construção de instrumentos e indicadores de avaliação e monitoramento do Plano Nacional Sistematizar, anualmente, os dados de monitoramento do Plano Nacional, por meio de uma consultoria <i>ad hoc</i> , que procederá à avaliação do mesmo e fará recomendações de ajustes e adequações que se fizerem necessários
5. Veicular informações sistematizadas sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes e seu enfrentamento	5.1 Sistematização das pesquisas realizadas, produção de dados estatísticos e consolidação de bancos de dados com base nas informações de OG's, ONGs e agências internacionais que atuam na área da violência sexual 5.2 Disponibilização de informações para subsidiar o CONANDA, os conselhos setoriais e conselhos de direitos, as	Consolidar, ampliar, modernizar e atualizar o RECRIFA, como banco de dados de caráter nacional, com a implantação de cinco bancos de dados no país (um por região) Produzir cinco manuais técnicos, com vista à socialização de dados e de recomendações

Objetivos	Ações Previstas	Metas
	ONGs e outros organismos 5.3 Disponibilização ao governo brasileiro de informações para elaboração de relatórios a serem apresentados regularmente à Convenção das Nações Unidas	Produzir um relatório anual sobre a situação e o enfrentamento da problemática no Brasil

Fonte: Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2006.

ANEXO II

Quadro 8. Referências de observatórios

Observatório	Site
<i>Cleaner Observatories</i>	http://books.nap.edu/openbook.php?record_id=11657&page=15
<i>Global Urban Observatory</i> – UN-HABITAT	http://ww2.unhabitat.org/programmes/guo/
Instituto Observatório Social	http://www.observatoriosocial.org.br
Observatório Cidadão Nossa São Paulo	http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio
<i>Observatorio Ciudadano del Desarrollo Local y la Descentralización</i>	http://www.rdl.org.sv/
Observatório da Cidadania	http://www.ibase.org.br
Observatório da Habitação da Cidade de São Paulo	http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/5/23935/P23935.xml&xsl=/dma/ah/tpl-p/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt
Observatório da Imprensa	http://www.observatoriodaimprensa.com.br
Observatório das Metrôpoles	http://web.observatoriodasmetropoles.net/
<i>Observatorio de Derechos Humanos en el MERCOSUR</i>	http://www.lasociedadcivil.org/index2print.phtml?ac=noticia&key=453
Observatório de Favelas	http://www.observatoriodefavelas.org.br
Observatorio de Política Fiscal	http://www.pnud.org.ec/Proyectos/ECU_02_OPF.html
Observatório de Políticas Culturais	http://www.eca.usp.br/pesquisa/nuclpesq/nucleo.htm
Observatório de Políticas Públicas Ambientais	http://www.opalc.org.br
Observatório de Turismo do Paraná	http://www.obsturpr.ufpr.br/
Observatório do Semi-Árido	http://www.observatoriodosemiarido.org.br
Observatório dos Direitos	www.direitoacidade.org.br/tematicas10.asp?cd_camada1=12&cd_camad

Observatório	Site
do Cidadão	a2=69
Observatório Itaú Cultural	http://www.itaucultural.org.br/index.cfm?cd_pagina=2686
<i>Observatorio Regional de Desarrollo Humano (ORDHUM)</i>	http://www.ucn.cl/noticias_ucn/reflejos/reflejos_07_2003/pag10.asp
<i>Observatorio Social</i>	http://www.observatoriosocial.com.ar
Rede de Observatório de Direitos Humanos	http://www.nevusp.org/observatorio
<i>Social Watch</i>	http://www.socialwatch.org

Fonte: elaborado pela autora.

ANEXO III

Quadro 9. Matriz de Metadados

FONTE	TÍTULO	DATA	TIPO DE PUBLICAÇÃO	METODOLOGIA	PERIODICIDADE	INFS. COLETADAS	LOCALIZAÇÃO
Ministério do Turismo	Programa Turismo Sustentável e Infância	2005	Programa	Rede de parceiros para a operacionalização do Programa	contínuo	Programa de conscientização e mobilização de combate a Exploração infantil	www.brasilquemamaprotege.com.br
Instituto WCF-Brasil	Relatório Amis	s/d	Relatório	-	único	Discussões conceituais sobre violência; fundamentos teóricos e metodológicos da avaliação de metodologias de intervenção social; indicadores de ações sociais no âmbito da educação, saúde, proteção, alimentação, atividades remuneradas, sociabilidade, participação, oportunidades	http://www.wcf.org.br/default.htm
Ministério da Justiça	Estatuto da Criança e do Adolescente	1990	Estatuto	-	único	Leis de proteção à infância e à adolescência	http://www.mj.gov.br/sedh/dca/eca.htm
Secretaria Especial de Direitos Humanos — SEDH	Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos — RedeSao	-	Sistema de dados e busca	-	contínuo	Dados sobre crianças desaparecidas e encontradas, por estado, por diversos motivos, entre eles, por tráfico para fins de exploração sexual comercial	www.desaparecidos.mj.gov.br
Secretaria Especial de Direitos	Sistema de Informação para a	-	Sistema de dados	-	contínuo	Dados diversos sobre violação de direitos de crianças e adolescentes, por tipo, sexo, cor, faixa etária e agente violador	www.mj.gov.br/sipia

FONTE	TÍTULO	DATA	TIPO DE PUBLICAÇÃO	METODOLOGIA	PERIODICIDADE	INFS. COLETADAS	LOCALIZAÇÃO
Humanos — SEDH	Infância e Adolescência — SIPIA						
Secretaria Especial de Direitos Humanos — SEDH	Dados do Disque 100	2008	Relatório Consolidado	Recebimento de denúncias por telefone	anual	Dados sobre abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, por região e estado	http://www.presidencia.gov.br/
UNICEF	Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança	1989	Carta Magna para as crianças de todo o mundo/ Lei internacional	-	único	Define as prioridades e dá as diretrizes para a proteção das crianças e adolescentes e a garantia de seus direitos	http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm
UNICEF	Protocolo Opcional à Convenção dos Direitos da Criança	2004	Decreto nacional n.º 5.007, de 8 de março de 2004	-	-	-	www.unicef.org/brazil/sowc2002/destaques/destaque12/main.htm
UNICEF	Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileiras	2003	Relatório	Pesquisa de campo	único	Apresenta dados (gráficos e análises) sobre a situação da infância e adolescência no Brasil: sexo, renda familiar, etnia, gênero, grau de instrução da mãe, desigualdades regionais e do meio urbano e rural	http://www.unicef.org.br/

FONTE	TÍTULO	DATA	TIPO DE PUBLICAÇÃO	METODOLOGIA	PERIODICIDADE	INFS. COLETADAS	LOCALIZAÇÃO
OMT	Código de Ética Mundial do Turismo	1999	Código	-	-	Fornece as diretrizes éticas para a prática do turismo mundial	www.world-tourism.org/code_ethics/pdf/languages/Brazil.pdf

Fonte: elaborado pela autora.